

# PLENÁRIA ESTATUTÁRIA

2013



## TEXTO BASE



## **Mensagem aos Delegados e às Delegadas à Plenária Estatutária 2013**

Este Caderno tem por objetivo apresentar o texto base da Direção Executiva da CNM/CUT e os debates e reflexões que nortearão a Plenária Estatutária 2013.

Esta Plenária debaterá os rumos da política industrial brasileira e a geração mais e melhores empregos pautados na agenda do trabalho decente “*adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras*”. E para que isso ocorra o Estado brasileiro não poderá deixar de exercer seu papel de indutor do desenvolvimento com distribuição de renda e democracia. Nós, metalúrgicos/as, temos importante participação nesse processo.

A Plenária debaterá também as ações necessárias ao movimento sindical cutista para que os avanços dos últimos anos não sejam desprezados pelos/as trabalhadores/as, estabelecendo de forma clara sua atuação junto à sociedade. Vale destacar que não podemos nos restringir apenas a uma pauta de negociações meramente “economicista”, focada apenas na relação direta entre capital e trabalho. Devemos avançar nas propostas de políticas públicas que afetam a vida dos trabalhadores/as, seja na Política Industrial, na Educação, na Saúde, Previdência e na Inclusão Social.

Sejam todos bem vindos e bem vindas à Plenária Estatutária da CNM/CUT!

**João Cayres**  
*Coordenador da Comissão Organizadora  
Plenária Estatutária da CNM/CUT*

## Sumário

▶ Apresentação	04
▶ Balanço da Gestão	10
▶ Conjuntura Nacional e Internacional	22
▶ Mapeamento do Ramo Metalúrgico: representação sindical, emprego e perfil do trabalhador	36
▶ Eixos de Atuação	45
1. Contrato Coletivo Nacional de Trabalho	45
2. Políticas Gerais e Permanentes	49
3. Organização Sindical	76
▶ Siglário	84
▶ Expediente	86

# **Apresentação**

## ***Um debate que não pode esperar***

O ano de 2013 se apresenta sob o signo da reflexão. É preciso lançar um olhar mais aprofundado para alguns aspectos importantes, entre os quais o controle da inflação, os programas de apoio à indústria e de proteção aos empregos, como é o caso do Inovar Auto. A continuidade da crise econômica internacional – que, com as oscilações dos preços das commodities, acabaram afetando a economia brasileira –, a derrota da esquerda no Paraguai e a vitória apertada na Venezuela nos forçam a essa reflexão. No Brasil, os impactos da crise econômica mundial foram amenizados graças às medidas que estão sendo aplicadas pelo governo desde 2008, como a redução do IPI, que garantiram a manutenção dos empregos na indústria e a estabilidade da economia. Agora, com as medidas do Programa Inovar-Auto, inicia-se uma tentativa de impulsionar o desenvolvimento de tecnologias que visem maior eficiência da frota nacional, aumento do índice de nacionalização na produção automotiva e, conseqüentemente, mais e melhores empregos no setor. A essas medidas, somam-se os resultados do debate sobre a política industrial, realizado no âmbito do Plano Brasil Maior, que têm colocado os/as metalúrgicos/as e os/as trabalhadores/as no centro da disputa dessa política.

No âmbito da economia, o país está vivendo um cenário controlado, com estímulos governamentais importantes e inéditos, como a redução da tarifa de energia elétrica – beneficiando indústrias e consumidores – e incentivos para a produção. Entretanto, no aspecto político o ano começou bem movimentado, antecipando a disputa da campanha eleitoral de 2014. De um lado, estão o governo federal e as forças progressistas. De outro, a oposição, que não medirá esforços para desestabilizar o atual governo, jogando duro no “quanto pior melhor”. As ações que a direita vem empreendendo mostram que, embora atordoada, ela não está sepulta. Longe disso, ainda por cima ela conta com um poderoso aparelho midiático e, juntos, a despeito das últimas derrotas presidenciais, não se intimidam e tentam a todo custo produzir manchetes buscando neutralizar os importantes avanços obtidos pelo governo. Um dos casos recentes foi a redução das tarifas de energia elétrica, que a mídia procurou minimizar.

Em momentos como esses, todo cuidado é pouco. Portanto, 2013 começou merecendo atenção redobrada da esquerda e das forças progressistas do Brasil. A oposição certamente continuará tentando desgastar a popularidade da presidenta Dilma a todo custo. Este ano, está sendo o ensaio. Em 2014 virá o jogo duro, com a direita fazendo de tudo para retomar o poder político.

Na hipótese disso ocorrer, perderão a democracia e a classe trabalhadora e todo o avanço social conquistado estará sob risco. Não podemos permitir que nosso país adote a receita que está acabando com os direitos sociais na Europa, que é o modelo apoiado pela oposição demo-tucana brasileira.

Para o movimento sindical cutista, 2014 será, sem dúvida, de relevante importância. A reeleição de Dilma Rousseff aponta para a continuidade do projeto de crescimento com distribuição de renda e forte inserção do Estado como agente de fomento desse desenvolvimento. Será o 12º ano de um governo oriundo dos movimentos populares e de derrota do neoliberalismo. Será a vitória de um projeto personificado em Luiz Inácio Lula da Silva que, desde 2012, tem sido o principal alvo de ataques da oposição, que tenta desqualificá-lo enquanto principal liderança brasileira e também todos a ele ligados, como a presidenta Dilma.

O legado de Lula é incontestável: o Brasil cresceu, diminuiu a miséria e caminha na direção do desenvolvimento com distribuição de renda. Para o desespero da oposição, Lula é recebido em todo o mundo como a principal referência no combate à miséria e na defesa da democracia, com um modelo de gestão que se tornou um norte para todos os povos do planeta. Esse projeto político representado por Lula e Dilma tornou-se um pesadelo para a direita brasileira e também a mundial, pois se tornou o modelo a ser seguido no combate aos efeitos da crise internacional da economia.

Assim, muita coisa estará em jogo nesse singular 2014: o avanço da democracia de fato, com a continuidade de uma política de Estado voltada para a distribuição de renda e a soberania nacional; ou a derrota desse projeto, viabilizando o retorno dos privatistas e de toda a agenda neoliberal de desmonte do Estado e criminalização dos movimentos sociais.

Vale lembrar que no ano que vem também teremos uma geração de eleitores/as jovens que podem não ter a clareza dos referenciais que propiciaram a eleição de Lula

em 2002, não conviveram com o desemprego e a inflação, não viveram os anos de lutas e resistência das décadas de 1980 e 1990. Esse fator não pode ser desprezado pelas forças progressistas vinculadas ao projeto da classe trabalhadora. Todas as nossas energias, portanto, deverão ser concentradas no debate com a sociedade sobre qual projeto de país queremos.

Além disso, 2014 será atípico para todos nós. Teremos Carnaval em março e Copa do Mundo em junho e julho, além da campanha eleitoral, que vai para as ruas já em agosto. Portanto, será um ano curto e, em função disso, torna-se necessário estabelecermos um calendário de ações para antecipar esse debate.

Nossas ações deverão ser dirigidas às massas populares, com uma agenda voltada para fora do movimento sindical. E nossos candidatos, aqueles de origem sindical, serão os porta-vozes do projeto que defendemos e ajudamos a construir, numa disputa duríssima contra o poder econômico que, se não conseguir eleger o presidente, certamente jogará suas fichas na disputa pelo Congresso, na tentativa de ampliar uma frente parlamentar de oposição.

Hoje, a bancada sindical está restrita a apenas 91 parlamentares, contra 273 da bancada empresarial. Esta correlação de forças é fruto de um sistema eleitoral que permite que os grandes grupos empresariais financiem as campanhas de seus candidatos, em detrimento das candidaturas de base popular – que não contam com os aportes generosos desses grupos –, e explicita um modelo de financiamento de campanha que privilegia o poder econômico: quem tem mais dinheiro elege mais parlamentares.

Nossa Marcha à Brasília, em março último, demonstrou que a mobilização e a unidade da classe trabalhadora são a condição básica para avançarmos em nossa pauta. Se o governo Lula era um governo em disputa, o governo Dilma ainda o é. E nossa capacidade de organização e de mobilização é o que faz a diferença na defesa de nosso projeto.

Diariamente, a bancada empresarial assedia o governo federal na tentativa de emplacar uma reforma trabalhista, seja com propostas de terceirização ou de precarização das relações e condições de trabalho.

Por isso, é preciso manter nossa autonomia e pressionar o governo para o atendimento da nossa pauta. Reconhecemos que este governo é o que apoiamos nas últimas eleições e faz parte de nosso projeto. No entanto, a base aliada é uma colcha de retalhos tênue, que pode oscilar ao sabor dos ventos da oportunidade.

Sendo assim, é necessário defender nosso projeto para dentro e para fora do movimento sindical, apoiando candidaturas que estão efetivamente comprometidas com nossas bandeiras de luta, disputando a hegemonia e avançando.

Além de participar ativamente de todo esse jogo político, é preciso aprofundar o debate sobre o nosso projeto para dentro do ramo metalúrgico e do macrossetor da indústria da CUT, do qual participam, além da CNM/CUT, a CNQ (trabalhadores químicos), a CNTV (trabalhadores do vestuário), a CONTAC (trabalhadores em alimentação e agroindústria) e a Conticom (trabalhadores na construção civil e madeira). Cabe a essas entidades dos trabalhadores cutistas fortalecer a sua atuação conjunta na disputa por uma política industrial para o Brasil, que dialogue com a classe trabalhadora.

Vale lembrar que a nossa Central, ao articular os macrossetores, resgata um dos princípios que nortearam a sua criação há quase 30 anos: a unificação das lutas dos trabalhadores de todos os ramos.

Neste momento importante de nossa Plenária Estatutária 2013, já realizamos ações importantes na articulação dos ramos da indústria, participando das iniciativas da CUT e de suas estaduais, ajudando a organizar o Macrossetor, definindo os objetivos estratégicos e a atuação das entidades sindicais ligadas aos trabalhadores na indústria.

E como o ano que vem será curto demais, é necessário que já em 2013 todo esse nosso trabalho comece a ser articulado, para que seja possível avaliar antecipadamente nossas potencialidades e nossas limitações e direcionar nossa ação.

### ***Defesa da democracia***

As lições aprendidas no episódio ainda não encerrado da ação penal 470 nos remetem a um urgente debate sobre a importância da defesa da democracia e do papel dos três poderes no jogo político brasileiro, inclusive para cobrar isonomia e o mesmo

rigor no julgamento de escândalos como o do mensalão mineiro e o do empresário Carlinhos Cachoeira. Não devemos simplesmente deixar a “coisa rolar”.

É nossa tarefa fazer com que os avanços oriundos das políticas inclusivas desse último período – que a oposição tenta desqualificar – sejam reconhecidos pelas massas beneficiadas. Isso requer debate e, como consequência, requer interlocutores. Esse deverá ser o papel do sindicalismo cutista.

Não significa que vamos renunciar ao nosso papel sindical, mas sim ampliar nossa ação junto aos/às trabalhadores/as, para não deixarmos cair no esquecimento o passado recente do país e as manobras golpistas da direita brasileira, onde quer que ela se aquartele.

Nesta Plenária Estatutária, é preciso debater os rumos da política industrial brasileira, a geração de mais e melhores empregos, sem esquecer que, para que isso ocorra, o Estado brasileiro não pode prescindir de seu papel de fomento ao desenvolvimento com distribuição de renda e democracia.

Esse modelo de Estado não é – e isso ninguém pode duvidar – o modelo defendido pela direita, muito pelo contrário. Por isso, nossa plenária deve debater quais ações são necessárias ao movimento sindical cutista para que os avanços obtidos nos últimos 10 anos não sejam desprezados pelos/as trabalhadores/as, notadamente os/as mais jovens. Nosso sindicalismo precisa estabelecer de forma clara sua ação junto à juventude e à sociedade.

E não podemos nos restringir apenas a pauta meramente economicista. Além dos objetivos estratégicos já traçados para as lutas da categoria, sem dúvida o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho é o nosso maior objetivo. Devemos também avançar nas propostas de políticas públicas que afetam a vida dos/as trabalhadores/as, notadamente a política industrial, a educação, a previdência e a saúde pública.

Sabemos que ainda é preciso percorrer um longo caminho para que a democracia seja efetiva no Brasil. Estamos no rumo certo, mas queremos garantir também que ela chegue de fato no chão de fábrica, pois é lá onde o respeito ao ser humano ainda é tênue e frágil. Temos certeza de que somente a organização dos/as trabalhadores/as a partir do seu local de trabalho é que poderá garantir a democracia onde ela ainda não chegou.

Estas são as nossas principais tarefas para 2013 e devem passar pelos debates desta Plenária Estatutária. O debate norteará nossas ações definindo um Plano de Lutas nascido da convicção de todos nós, homens e mulheres de luta.

Este Plano de Lutas apontará, de norte a sul, o rumo luminoso da esperança de que este país é de todos e de todas que fazem com seu trabalho a riqueza do mundo, uma riqueza que ainda não pertence ao povo. Mas nossa esperança e nossa luta nos dão a convicção de que o ramo metalúrgico faz a hora, não espera acontecer.

***Paulo Cayres***  
*Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT*

## Balanço da Gestão

1 Como primeira medida tomada após o 8º Congresso, a Direção da CNM/CUT realizou um processo de planejamento para seu mandato. Em reunião, apontamos diversas ações sob a luz das resoluções congressuais; elegemos uma visão de futuro que traduzisse o nosso plano de lutas, elencando objetivos estratégicos que pudessem concretizar a vontade dos/as delegados/as de nosso Congresso, eleitos/as por nossa base espalhada nos quatro cantos deste país imenso.

2 Para tanto, revisitamos nossa concepção sindical cutista, estabelecendo uma frase que definisse em poucas linhas a nossa missão diante da classe trabalhadora, enquanto ramo constituído. Esse recurso visa a dar um entendimento mais claro e sintético desta missão:

*“A missão da CNM/CUT é organizar, apoiar e orientar os sindicatos e federações filiadas, com base nos princípios e bandeiras da CUT, bem como representar as trabalhadoras e trabalhadores metalúrgicos frente ao capital, aos governos e a sociedade”.*

3 Ainda no processo de planejamento, definimos a *visão de futuro* que nos predisusemos alcançar durante esta gestão, para dar materialidade ao nosso Plano de Lutas e respeitando as resoluções aprovadas em nosso Congresso. Eis o texto:

*“Pretendemos estabelecer bases concretas para o CCNT, aumentar o número de sindicatos filiados e ter maior interlocução com eles. Ter maior visibilidade no cenário sindical e político. Ter papel de destaque nos debates sobre Desenvolvimento Sustentável e na Política Industrial”.*

4 Diante dessa visão estabelecemos *objetivos estratégicos* a serem perseguidos ao longo deste mandato. São eles:

- 1) Que a CNM/CUT ocupe um lugar de protagonismo na política industrial,
- 2) Que a CNM/CUT tenha um papel de destaque na defesa do produto e do emprego nacional,
- 3) Que a CNM/CUT aumente sua representatividade e a base de Sindicatos e Federações,

- 4) Que a CNM/CUT construa o caminho para o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT), através da organização dos trabalhadores em Redes, OLTs e Setores do nosso ramo,
- 5) Que a CNM/CUT seja signatária dos acordos firmados por nossas federações e sindicatos em suas diversas regiões.

5 Diante do exposto, cada Secretaria da CNM/CUT elaborou um Plano de Ação para que dessem conta das resoluções congressuais e dos objetivos acima citados. O planejamento ora estabelecido buscou articular os diversos Planos de Ação, otimizando os recursos e potencializando o alcance das ações propostas de cada secretaria.

6 De forma sintética, este texto busca realizar um balanço acerca das ações propostas e realizadas.

### ***Relações Internacionais***

7 No campo das relações internacionais, a CNM/CUT manteve ações de apoio e de solidariedade no âmbito da nova federação internacional, com destacado papel no congresso de fundação da Industrial, em junho de 2012. No Congresso foi aprovada a fusão das Federações Internacionais dos Metalúrgicos, Químicos e Têxteis, reunindo 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras dos três ramos em 140 países.

8 A nova entidade nasceu com o objetivo de fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria em um momento estratégico, de crise do modelo neoliberal, e de oportunidade de construir um novo projeto, baseado na solidariedade de classe, sustentabilidade econômica e ambiental.

9 A CNM/CUT esteve representada por uma delegação composta por 10 companheiros/as de sua Direção Executiva e presidentes de sindicatos de metalúrgicos, que defenderam, em conjunto com outros sindicatos da América Latina, África e Ásia, os seguintes aspectos:

- O apoio ao fortalecimento da organização e construção de Sindicatos Nacionais fortes, especialmente nas regiões onde os direitos à organização e negociação coletiva são desrespeitados;

- O desenvolvimento de campanhas com ações diretas de solidariedade sempre que houver ameaças ao direito de organização, ao emprego ou às condições de trabalho em qualquer parte do mundo;
- A presença de mulheres e de representantes de países emergentes na coordenação dos departamentos setoriais, especialmente dos países onde os setores são significativamente grandes.

10 Durante o Congresso, foi a CNM/CUT quem protagonizou os direitos das entidades do Hemisfério Sul, que poderiam sair com menor representação na direção da nova federação internacional.

11 Ainda em parceria com o Instituto Integrar e com a Fundação Hans Boeckler (FHB), a CNM/CUT realizou encontros entre trabalhadores brasileiros e alemães, no intuito de estreitar relações e avançar na solidariedade internacional, na troca de experiências sindicais, compondo diagnósticos e apontando para ações que diminuam as desigualdades impostas pelo Capital ao conjunto da classe trabalhadora.

### ***Políticas Sindicais***

12 O Plano de ação da CNM/CUT objetivou uma aproximação maior com as entidades filiadas, acompanhando suas principais demandas, notadamente aquelas em que a Confederação pudesse colaborar, dando suporte político às direções e com acompanhamento das eleições sindicais, desde a preparação da chapa cutista até a posse das novas direções.

13 O compromisso assumido com as bandeiras da CUT fez de nossa Confederação um importante instrumento na defesa dos interesses da classe trabalhadora, da democracia operária e de um modelo de gestão transparente e democrático. Para tanto, a CNM/CUT estabeleceu prioridades para manutenção e ampliação de sua base.

14 Acompanhamos diversas eleições sindicais e, como resultado positivo, o sindicalismo cutista obteve importantes avanços no ramo metalúrgico que traduziram-se na vitória das eleições dos sindicatos de metalúrgicos de Ipatinga e Matozinhos (Minas Gerais), Rio Grande e Santo Ângelo (Rio Grande do Sul), São João da Barra (Rio de Janeiro), Sindirepa de Campo Grande e Sindicato de Paranaíba (Mato Grosso do Sul).

Com isso, em dois anos de mandato, conseguimos ampliar nossa base de representação, um dos importantes objetivos estabelecido em nosso planejamento.

### ***Organização Sindical***

15 Um grande tarefa da CNM/CUT é a organização sindical. Ao longo de nossa história, o caminho escolhido é o de organizar a partir de Redes e Comitês de trabalhadores/as de uma mesma empresa, que esteja presente em várias localidades de nosso país e até fora dele. Articular as diferentes experiências e lutas desses/as trabalhadores/as é vital para nosso propósito da construção do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho.

16 Essa tarefa de organização em Redes tem sido uma das prioridades da gestão da CNM/CUT. Organizamos vários encontros nestes dois anos, tais como os das Redes dos/as trabalhadores/as na ZF, TK, Arcelor Mittal e Gerdau, além de realizarmos o Encontro Nacional de Coordenadores de Redes, trocando importantes experiências entre as diversas redes organizadas pela CNM/CUT e elegendo uma coordenação nacional.

17 Não podemos deixar de lembrar que esse trabalho é dos mais árduos, visto que nem todas as plantas de uma empresa encontram-se em nossa base de representação. Assim, estabelecer esse diálogo com companheiros/as de outras Centrais tem sido um exercício de persistência, em virtude das diferenças de concepção e práticas sindicais entre elas.

18 Um projeto que a CNM/CUT tem se destacado é o projeto com a central sindical DGB, de criação de novas redes. Em parceria com a entidade alemã, vários encontros e oficinas formativas vêm sendo realizados ao longo do mandato, estabelecendo prioridades e desafios para o sindicalismo cutista.

19 Como resultado do trabalho da Confederação, conseguimos criar as redes de trabalhadores/as na Johnson's Control e Dana. Não podemos aqui deixar de mencionar a participação das entidades filiadas na organização, custeio e funcionamento dessas redes. Sem isso, essa tarefa se tornaria inviável, pois a participação dos sindicatos é uma das condições básicas para essa nossa empreitada.

20 Outro desafio para todos/as trabalhadores/as é a luta contra a precarização do trabalho que no Brasil também se apresenta na Terceirização da Mão de Obra. Para

fazer frente a esse fenômeno cruel amplamente utilizado no país, participamos ativamente no Grupo de Trabalho sobre esse tema organizado pela CUT Nacional.

### ***Saúde***

21 Em relação às questões da Saúde do/a trabalhador/a no ramo metalúrgico, obtivemos importantes avanços na defesa de nossas propostas nos debates sobre as Normas Regulamentadoras (NR) do MTE, participando da elaboração e aprovação desse importante instrumento na defesa de melhores condições de trabalho em nosso ramo.

22 Ainda no âmbito institucional, a CNM/CUT está participando do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, como representação da bancada dos usuários. Fomos indicados pela CUT e estamos participando ativamente na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Como resultado deste empenho, em dezembro de 2012 fomos eleitos para a mesa diretora do CNS.

23 Integramos também (e não poderia deixar de ser assim), o Coletivo Nacional de Saúde da CUT. Também organizamos o nosso Coletivo Nacional de Saúde, com representantes de todas as regiões de nossa base.

24 Realizamos, em 2012, a II Conferência Nacional de Saúde dos Metalúrgicos, atividade da qual participaram delegados/as de toda a nossa base, e que resultou num Caderno de Recomendações à direção da CNM/CUT no tocante ao tema da Saúde. A Conferência reuniu mais de 60 representantes de toda a nossa base, desde o Amazonas, passando pela região Nordeste, Sudeste e Sul. Esses/as companheiros/as, juntamente com os Coletivos Regionais, realizaram as Conferências Regionais de Saúde, eventos preparatórios para Conferência Nacional, conseguindo, com isso, a participação efetiva da nossa base neste debate.

### ***Formação***

25 Uma das principais preocupações da CNM/CUT é com a nossa concepção sindical. É ela que nos identifica e dá um norte às nossas ações, nos dá a unidade. A concepção libertadora que nos move é a de um sindicalismo a partir da base, essencialmente democrático, visceralmente comprometido com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, articulando a mobilização e a organização dos

trabalhadores e trabalhadoras da base metalúrgica em torno de suas entidades de representação sindicais.

26 O compromisso com este ideário classista torna-se uma demanda das mais importantes para nossa Confederação. Para que esta concepção possa chegar às nossas bases de forma clara e transparente, torna-se necessário um processo formativo, de inclusão e de soma de saberes, uma formação classista feita pelos/as trabalhadores/as e para os/as trabalhadores/as. Com isso, a nossa proposta é a de uma formação emancipadora, que busque a reflexão e a ação.

27 Nestes dois anos de mandato, a direção da CNM/CUT continuou com sua política de formação sindical, articulando as políticas de nossas entidades filiadas por meio dos Coletivos Regionais e do Coletivo Nacional de Formação, que se reuniram em 2012 e 2013, para irradiar nossa concepção e metodologia. Realizamos, em nossa sede, um Curso de Formação Sindical focado em três temas – Gênero, Juventude e Igualdade Racial –, contando com representantes de toda a nossa base, e também um curso sobre Política Industrial e Desenvolvimento Sustentável.

28 Um capítulo à parte é a nossa atenção tanto para a base quanto para as direções de nossos sindicatos. Desenvolvemos cursos de formação voltados para dirigentes sindicais de primeiro mandato, cipeiros e militantes. Realizamos também, com o CESIT, um Curso de Extensão Universitária, focado em Economia do Trabalho, voltado para dirigentes sindicais, apostando numa política formativa de novas lideranças.

29 Esse duplo viés, formação de base e de dirigentes, busca atingir os vários níveis de organização em nosso ramo, procurando aplicar uma política de formação que atenda à maioria das demandas de nossa extensa base.

### ***Políticas Sociais***

30 Dentro das questões relativas a políticas sociais da CNM/CUT, nosso planejamento apontou para importantes tarefas a serem desenvolvidas em toda a nossa base. Participamos, assim, do Encontro Nacional de Secretários de Políticas Sociais da CUT, dando nossa contribuição.

31 Além disso, sabemos que ainda há um imenso caminho a ser percorrido na organização de trabalhadores/as com deficiência. Por isso, criamos o Coletivo Nacional da Pessoa com Deficiência da CNM/CUT.

### ***Mulheres***

32 A política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, desenvolvida pela CNM/CUT desde sua fundação, há mais de 20 anos, tem demonstrado excelentes resultados para dentro e para fora de nossa base. Debater a desigualdade socialmente construída a serviço do capitalismo tem sido tarefa constante de nossas direções. Como fruto disso, somos reconhecidos internacionalmente por essa atuação. Exemplo é parceria com a CAW, a Industrial e o sindicato dos metalúrgicos de Moçambique, que viabilizou um Curso de Formação para mulheres Metalúrgicas de Moçambique, em cinco módulos, do qual estivemos à frente nestes dois anos do atual mandato.

33 Em nossa política de gênero, temos o nosso Coletivo Nacional de Mulheres, composto por companheiras de nossa base, que tem se reunido periodicamente, irradiando às Federações e sindicatos a nossa visão e as nossas ações no combate às desigualdades entre homens e mulheres. Fruto desse trabalho foi a aprovação da Cláusula de Creche na pauta do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, na Conferência Nacional da Campanha Salarial da CNM/CUT, em novembro de 2012.

34 Buscamos diminuir qualquer distância entre a nossa política e as direções de nossa base, realizando visitas às militantes e diretoras responsáveis por este tema nos sindicatos e federações filiadas. Isto tem sido de significativa importância enquanto exercício de solidariedade e de luta.

35 Uma característica de nossa política de gênero é sua transversalidade. Ela se aplica a todas as iniciativas e ações realizadas pela CNM/CUT, dentre elas a nossa política de organização de trabalhadores/as em redes e comitês. Buscamos ali pautar o tema da igualdade de oportunidades para que todas as redes possam ter em suas pautas esse assunto tão importante para a classe trabalhadora.

36 A CNM/CUT também atua de forma concreta nos debates de nossa Central, participando do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, defendendo nossas bandeiras específicas do ramo e trazendo para nossa base a política nacional de gênero cutista.

## ***Juventude***

37 A cada dia, milhares de jovens entram no mercado de trabalho. E é inegável que essa juventude que hoje compõe nosso ramo não traz a experiência obtida pelo sindicalismo cutista no combate à ditadura militar, ao desemprego e à inflação.

38 Nos últimos 11 anos, temos vivido uma agenda diferente daquela dos anos 1980 e 1990. Naquele tempo, a luta era de resistência frente ao desemprego, à perda salarial e por mais direitos e cidadania, e hoje a pauta é outra.

39 Nosso desafio está na disputa por esse enorme contingente da juventude, que traz consigo um quadro de valores distinto do quadro das décadas de 1980 e 1990. Se por um lado, a luta naquele período era por democracia e emprego, hoje a luta é para avançarmos nas conquistas sociais obtidas no último decênio.

40 Se nosso discurso e nossa ação estiverem em dissonância com os desejos e anseios da juventude metalúrgica, perdemos a capacidade de interlocução e perdemos o debate. Neste sentido, a CNM/CUT tem desenvolvido uma política específica para este tema. Em nosso último Congresso, criamos a Secretaria Nacional da Juventude Metalúrgica, que desde então tem desenvolvido atividades formativas e de intercâmbio nacional e internacional.

41 Uma das principais ações que desenvolvemos é estimular em toda a nossa base a criação de Coletivos de Juventude Metalúrgica, espaço privilegiado para que jovens militantes possam compartilhar suas experiências e, a partir de sua realidade, propor ações organizativas para esta significativa parcela de nossa base. Outra atividade importante de organização da juventude vem se traduzindo no projeto realizado juntamente com a FES e a SASK.

42 A juventude trabalhadora é certamente um dos temas mais importantes para o sindicalismo brasileiro. Por isso, remete a CNM/CUT a uma participação bem articulada com a Secretaria Nacional da Juventude da CUT, onde defendemos nossa visão junto aos diferentes ramos e entidades filiadas.

## ***Igualdade Racial***

43 Também criada em nosso último Congresso, a Secretaria vem desenvolvendo ações no sentido de lutar pela erradicação da discriminação e do preconceito racial, visitando e conhecendo as experiências de nossos sindicatos em relação ao tema, articulando lideranças e participando das atividades desenvolvidas pela CUT Nacional e suas estaduais. A CNM/CUT apresenta também em sua web site, uma cartilha sobre a Anemia Falciforme.

44 Essa importante iniciativa da CNM/CUT, a de criar a Secretaria Nacional da Igualdade Racial, veio no sentido de articular as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras que militam nessa causa.

## ***Secretaria de Administração***

45 Dando continuidade ao modelo de gestão adotado pela Confederação, estamos executando, ao longo desses dois anos de mandato, iniciativas no sentido de garantir a transparência e a democracia no tocante à tomada de decisões de nossa entidade. Sempre submetidos ao critério do coletivo, buscamos dialogar com nossas entidades para a manutenção das contribuições estatutárias à CUT, fator essencial para o equilíbrio de nossa receita.

46 Porém, há ainda uma variação muito grande no número de entidades quites com a Central, o que nos obriga a ter uma gestão de austeridade para não comprometer as obrigações financeiras de nossa Confederação.

47 Essa sazonalidade de receita, entretanto, não nos impediu de investir na luta. Estivemos em Brasília, juntamente com todas as Centrais, na Marcha pelo fim do fator previdenciário e pela redução da jornada de trabalho; ampliamos a estrutura da subseção do DIEESE na CNM/CUT; investimos nas diversas atividades realizadas por todas as secretarias, não faltando recursos para quaisquer atividades solicitadas pela direção executiva. E fomos além: investimos em nossa assessoria, ajustando a folha salarial, e com a participação de cursos de capacitação como o PCDA, o de Extensão Universitária do CESIT e o de Moderação de Processos Conversacionais, de custos elevados para a Confederação, mas que entendemos ser investimento importante para melhor atender a demanda sempre crescente das entidades filiadas.

## ***Secretaria Geral***

48 Responsável pelo Planejamento Estratégico da CNM/CUT, a Secretaria Geral acompanhou de perto o andamento de tudo o que foi planejado. Todas as ações propostas foram submetidas ao crivo da direção executiva, notadamente para avaliar se eram factíveis do ponto de vista logístico e do ponto de vista político.

49 Nosso modo de gestão busca a transparência e a democracia. As atividades solicitadas à CNM/CUT passam pelo foro da reunião de Agenda, realizada semanalmente e da qual participam todos/as os/as dirigentes presentes na sede, em São Bernardo do Campo, e aqueles/as que podem participar à distancia, via Skipe, um software que possibilita esse tipo de atividade.

50 Sendo assim, toda a vida política da Confederação passa pelo coletivo de sua direção. Uma vez aprovada a atividade, ela fica exposta na página eletrônica de uso exclusivo da direção, assessores/as e funcionários/as da CNM/CUT, pela qual é possível acompanhar o desenvolvimento das ações. Buscamos também, no transcorrer desse mandato, acompanhar as diversas demandas de nossas entidades filiadas em toda a base, visitando os sindicatos e federações, representando a CNM/CUT nos diversos foros a que fomos chamados e ajudando a construir uma gestão inclusiva, democrática e essencialmente cutista.

## ***Presidência***

51 O caminho da CNM/CUT até hoje veio sendo pavimentado através da luta e da organização. Nesta longa estrada de mais de 20 anos, a Confederação tem se apresentado como núcleo formulador de políticas para a nossa Central e referência de luta para toda a classe trabalhadora. Neste mandato não tem sido diferente.

52 Mantivemos nossa autonomia frente a partidos e governo, propusemos diversas iniciativas diante da crise econômica mundial, cobrando do governo Dilma Rousseff propostas que garantissem a manutenção dos empregos no ramo metalúrgico e que fossem além, com a criação de mais e melhores empregos, com desenvolvimento sustentável a partir de medidas que incentivem investimentos em tecnologia e nacionalização da produção, a exemplo do Inovar-Auto, um conjunto de medidas do governo federal.

53 Esta gestão objetivou estreitar ainda mais as relações com suas entidades filiadas. Ao todo, até março foram despendidas mais de seis mil horas de atividade direta junto aos sindicatos da base, com cerca de 90 sindicatos visitados. Apoiamos e ajudamos a eleger sete novas direções sindicais, ampliando a base de representação da CNM/CUT.

54 Ainda demos assessoria para diversas entidades, realizando planejamento estratégico para o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Ponta Grossa e Toledo (PR), Metalúrgicos de Niterói (RJ), Pouso Alegre e Extrema (MG) e Sindicato de São Leopoldo (RS).

55 Demos total atenção à Comunicação da CNM/CUT, investindo na equipe, remodelando nosso site e participando do Encontro Nacional de Comunicação da CUT na luta pela democratização dos meios de comunicação em nosso país. Estamos desenvolvendo também o projeto Brasil Metal com a TVT, uma série de programas de TV sobre o ramo metalúrgico.

56 Ainda no campo institucional, representamos a CUT no Conselho da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), defendendo propostas de criação de mais e melhores empregos e produtos de maior valor agregado produzidos no país, em substituição aos importados, e uma política industrial que dialogue e respeite as reivindicações da classe trabalhadora.

57 Sobre a questão da política industrial, participamos da coordenação do Macrossetor da Indústria organizado pela CUT, defendemos também nossas propostas junto ao governo federal quando dos debates do Plano Brasil Maior, para os quais os diversos setores organizados pela CNM/CUT elaboraram propostas e debateram a política industrial que o Brasil precisa e que nós queremos.

58 Realizamos ainda a 1ª Conferência Nacional de Negociação Coletiva, reunindo representantes da imensa maioria de nossos sindicatos filiados, que produziu uma agenda mínima de reivindicações, objetivando que ainda em 2013 uma pauta nacionalmente articulada de interesse de todos/as os/as metalúrgicos/as do país. Com isso, é possível caminhar para a conquista do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, objetivo estratégico de nossa confederação.

## ***Responsabilidade de todos e todas***

59 Este é um breve balanço de nossas atividades. Ele é incapaz, contudo, de traduzir a extensão de nossa atuação neste último período, construída também a partir das pequenas tarefas cotidianas que viabilizam as nossas ações.

60 Mas olhando o que ocorreu nos últimos dois anos, com satisfação constatamos que hoje vivemos num Brasil maior, onde a classe trabalhadora tem a possibilidade efetiva de interferir nas políticas de governo.

61 Sabemos que estamos vivendo um momento único em nossa história. Entretanto, ainda há um imenso caminho a ser percorrido para conquistar uma reivindicação fundamental para a nossa classe: a organização no local de trabalho. Ela é uma necessidade da própria democracia, contribuindo para uma classe trabalhadora senhora de seu destino. É um sonho a ser perseguido em cada canto deste país.

62 Precisamos também aprofundar a luta contra toda e qualquer discriminação, fazendo com que o homem não seja o lobo do homem. Enfim, estamos caminhando numa estrada que ainda está sendo pavimentada com a luta de todos nós. Avançamos, mas ainda há muito chão a ser percorrido.

63 Nesta Plenária, ao fazer o debate e o plano de lutas para o próximo período, sabemos da responsabilidade que cada homem e cada mulher desta categoria têm sobre seus ombros para seguir em frente nesse caminho, rumo aos nossos ideais. A luta continua!

# **Conjuntura Nacional e Internacional**

## ***Conjuntura Nacional***

### ***Oportunidades e desafios na ação sindical dos/as metalúrgicos/as cutistas***

64 A ação sindical dos metalúrgicos de todo o Brasil se depara com alguns elementos conjunturais que devem ser considerados pelos Sindicatos e Federações filiados à CNM/CUT no dia a dia das entidades. Desta forma, para auxiliar no entendimento da conjuntura, tanto no âmbito macro quanto na esfera do ramo, são apresentados a seguir os principais elementos que merecem atenção.

### ***Crescimento econômico e investimentos na economia brasileira***

65 O crescimento do PIB em 2011 e 2012 tem suscitado, cada vez mais, o debate acerca de alternativas para aumentar a taxa de investimentos na economia brasileira e fazer o crescimento deslanchar. Um deles tem sido a proposta de reduzir o superávit primário das contas públicas, ou seja, fazer com que o Estado invista ainda mais em fatores que influenciam no crescimento econômico.

66 A meta do superávit primário para este ano é de R\$ 155,8 bilhões (3,12% do PIB). Alguns economistas defendem a proposta como uma forma de garantir mais recursos para investir em infraestrutura, o que serviria para levantar o nível de investimentos privado no país. Outros defendem, inclusive, que o país, durante certo tempo, tenha déficit fiscal primário.

67 Esta discussão é importante porque, diferente do que ocorreu no segundo semestre de 2009 (momento que o país se recuperava da crise global), o Brasil não vem conseguindo retomar o crescimento sólido com base na valorização mercado interno, que compense a perda de dinamismo da economia mundial. Em função da persistente crise nos países do Hemisfério Norte, existe uma sobre-oferta de produtos industriais no mundo, o que exige do Estado brasileiro medidas acertadas para preservar o emprego e a produção nacional.

68 Ainda com relação às contas públicas, é importante lembrar que entre 2004 e 2008 – período em que o PIB cresceu 4,2% em média – foi possível compatibilizar superávit primário com expansão econômica. Nesse período, as críticas feitas à política de superávit primário, especialmente ao fato de que o mesmo inibia o crescimento, perderam a razão de ser. Num processo de recessão ou de baixo crescimento, a retomada irá depender fundamentalmente de um ou da combinação de três fatores para estimular a demanda agregada: do investimento privado, do excedente de exportações ou do investimento público.

69 Por outro lado, segundo informações preliminares divulgadas pela Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) no ano passado, verifica-se, pela primeira vez, que o Brasil recebeu quase 5% do total de investimentos estrangeiros diretos (IED) realizados na economia mundial. O Brasil foi o país que recebeu o terceiro maior volume de IED entre as economias emergentes, num total de US\$ 65 bilhões, ficando atrás apenas da China (US\$ 120 bilhões) e Hong Kong (US\$ 72 bilhões). O volume de 2012 foi inferior ao recorde de 2011 (US\$ 67 bilhões), mas representa uma fatia superior aos IED negociados naquele ano.

70 Esse grande volume de IED no Brasil comprova aquilo que temos falado há alguns anos: o país se consolida como destino de parcelas importantes dos investimentos das multinacionais, movimento visto claramente no ramo metalúrgico.

71 Neste cenário, garantir o emprego qualidade e o respeito às conquistas dos/as trabalhadores/as de nosso país é algo que não sai da pauta. É por isso que a CNM/CUT acredita e luta pelo Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, pois esta modalidade de negociação coletiva garantiria que a interiorização da indústria fosse acompanhada da melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos milhares de trabalhadores/as do setor produtivo.

72 Cabe lembrar que um dilema colocado, resultante dos investimentos internacionais no Brasil, são as remessas de lucro para os países de origem. Nos últimos dez anos, as remessas de lucro para as matrizes de transnacionais (muitas delas estatais) chegaram a US\$ 410 bilhões.

73 Este movimento de capitais não consiste necessariamente num problema, desde que a atuação das multinacionais no Brasil não seja acompanhada pela

desnacionalização de nossa economia; pela não transferência de tecnologia e, principalmente, pela precarização do emprego. É para a não efetivação deste processo que ação sindical, principalmente através da organização de rede de trabalhadores por empresas, e o Estado, por meio de políticas industriais e rigor na movimentação de capitais, devem estar voltados.

### ***Mercado de trabalho e negociação coletiva***

74 De acordo com dados do DIEESE, 2012 se revelou o melhor ano para as negociações dos reajustes salariais desde o primeiro balanço dos reajustes, referente ao ano de 1996, seja em termos da proporção de reajustes acima do INPC-IBGE (95% do total analisado), seja em termos do valor médio do aumento real: 1,96% acima da inflação. Os 95% de reajustes que ficaram acima da inflação correspondem a 16 pontos percentuais (p.p.) acima do observado em 2008 e 7,5 p.p. acima do observado no ano anterior (2011). O aumento real médio ficou acima do concedido em 2010 – o maior até então na série iniciada em 2008.

75 Para 2013, a tendência é de as negociações pelo menos manterem os patamares conquistados em 2012. A situação econômica é claramente mais positiva, fator que influenciará positivamente nas datas-bases. Além disso, outros fatores devem ser considerados: (1) o PIB já está rodando em torno de 2,4% ao ano, podendo chegar a 3% e 4% até final de dezembro; (2) a taxa de câmbio está mais adequada para a competitividade das exportações e para a inibição da importação de produtos industriais. A taxa básica Selic, em termos reais, esteve no seu menor patamar histórico (7,25%) e, mesmo após ser elevada, ainda permaneceu em níveis relativamente baixos (7,5%); (3) a inflação, cujos índices mantiveram-se elevados no primeiro bimestre do ano, tende a ficar dentro das margens estabelecidas pelo governo pelo 10º ano seguido. Este cenário, aliado ao importante papel desempenhado pelas entidades sindicais de trabalhadores na defesa dos ganhos da classe trabalhadora e no combate à desigualdade social – ações imprescindíveis para o desenvolvimento do país –, abre a perspectiva para outro bom resultado em 2013.

76 Já no que diz respeito à taxa de desemprego total, elemento fundamental nos resultados das negociações coletivas, segundo o DIEESE, apresentou pequena variação positiva no início de 2013, ao passar de 10,0%, em janeiro, para 10,4% em fevereiro, taxa extremamente baixa quando comparado com o passado recente do Brasil. Entre

janeiro de 2012 e de 2013, no conjunto das sete regiões pesquisadas, elevou-se o rendimento médio real dos ocupados (2,2%).

77 A criação de empregos em fevereiro, segundo os dados do CAGED, melhorou a perspectiva de retomada na economia, já que o saldo entre contratações e demissões na indústria no mês foi de 33,5 mil, 70% superior ao verificado em igual período de 2012. Este dado é importante, pois quando a economia é retomada, tradicionalmente o setor é o primeiro a reagir. No total dos setores, fevereiro terminou com 123,4 mil novas vagas, abaixo do registrado em fevereiro de 2012, mas acima da maioria das projeções.

78 Em função da importância que tem a política de valorização do salário mínimo (inflação + crescimento do PIB) nessa mudança do perfil de distribuição de renda no país, e do próprio debate sobre a inflação, cresce em importância a discussão sobre a definição da regra de reajustes para depois de 2014<sup>1</sup>. Este debate se torna ainda mais importante por coincidir com um período de elevação da inflação, a qual correntes de analistas atribuem ao aumento de demanda proveniente dos ganhos reais de salários.

## ***Inflação***

79 O comércio brasileiro começou 2013 com resultados positivos. Em janeiro houve acréscimo de 0,6% no volume de vendas e alta de 1,6% na receita nominal frente ao mês anterior. Mas o comportamento do comércio em janeiro nada tem a ver com a pressão inflacionária verificada no primeiro bimestre do ano, que parece estar relacionada à queda na produção de alguns produtos agrícolas de alto consumo, causada por sérios problemas na agricultura, como a seca no Nordeste<sup>2</sup> (a maior das últimas décadas) e a sérios desastres climáticos no Sul do País.

80 É esperado que, com o aumento dos preços de alguns itens de elevado consumo, e com a continuidade da geração de empregos e do crescimento da massa salarial (que cresceu 6,7% em 2012, segundo as contas nacionais), que possibilita que os/as trabalhadores/as possam continuar consumindo, haja uma pressão nos preços.

---

<sup>1</sup> As regras atuais de reajuste do salário mínimo, aprovadas em 2011, estão valendo até janeiro de 2014. O governo Lula tinha encaminhado projeto de reajuste do salário mínimo até 2023, mas não foi aprovado.

<sup>2</sup> A estiagem prolongada no Nordeste é considerada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) uma das piores secas da região dos últimos 50 anos. Das 184 cidades do Ceará, por exemplo, 173 já decretaram estado de emergência.

81 A boa notícia é que, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vários alimentos devem ficar mais baratos a partir das próximas semanas. Segundo a Conab, a queda será verificada com mais força no arroz, milho, batata e carnes em geral. Segundo a Companhia, o clima e a perspectiva da melhor safra de grãos da história do país, estão possibilitando uma normalização da oferta desses e de outros alimentos. A safra de milho, por exemplo, essencial no consumo humano e animal, deve chegar a 76 milhões de toneladas no Brasil; os EUA podem elevar a produção para até 100 milhões de toneladas nesta colheita, recuperando-se da pior seca em quase meio século, verificada no ano passado.

82 A desoneração de uma série de produtos da cesta básica - carnes, peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga e margarina -, além de itens de limpeza e higiene pessoal, anunciada pelo governo através da Medida Provisória nº 609, em 08 de março, também deve colaborar neste processo de combate à inflação, apesar de ainda não ter representado redução dos preços. É claro que não é possível fazer uma previsão segura dos efeitos que a desoneração dos tributos federais terá sobre o preço da Cesta Básica.

83 Entre os motivos que dificultam esta previsão estão a multiplicidade de fatores que determinam os preços finais ao consumidor, tanto do lado da oferta, quanto da demanda. Entre estes fatores podem ser citados: o custo de produção, o desempenho da safra, os efeitos do clima, o comércio internacional, as condições de distribuição nas cidades, entre outros. A tributação é mais um destes fatores, e depende da alíquota, da base de cálculo, do regime de apuração, etc.

84 Ademais, cabe ressaltar que a desoneração tributária de um produto pode não chegar ao consumidor final de maneira integral ou mesmo parcialmente, caso este benefício seja retido pelas empresas como forma de ampliar margens de lucro sobre o faturamento. No caso da cesta básica, mesmo que a maior parte dos produtos seja comercializada de forma concorrencial, alguns têm a produção ou processamento concentrada em poucas empresas.

85 Feita essas ressalvas, cabe dizer que a desoneração da Cesta Básica poderia, caso inteiramente repassada aos preços, representar um alívio no orçamento das

famílias<sup>3</sup>. O certo é que, apesar do alarde feito em fevereiro e março, e da pressão para o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentar os juros básicos da economia ainda em março, outros indicadores (além do preço dos alimentos) apontam para a desaceleração da inflação.

86 O IGP-M, por exemplo, que mede a inflação no atacado recuou em março, pelo terceiro mês consecutivo, para 0,21%. Para a Fundação Getúlio Vargas, que apura o indicador, o índice iniciou uma trajetória consistente de desaceleração, que deverá se manter para os próximos meses. Acertaram, portanto, os analistas que se posicionaram contra um aumento precipitado dos juros, a partir do diagnóstico de que o aumento recente dos preços no Brasil não é resultado de um excesso de demanda, mas decorrência de um problema da oferta. Aumentar os juros, o que acabou ocorrendo, iria paralisar ainda mais os investimentos e não resolveria o problema de aumento de preços de alguns alimentos de elevado consumo, verificado nos últimos meses no Brasil.

### ***Conjuntura Setorial***

87 Aqui serão focados os setores, com destaque para o desempenho econômico recente e os desdobramentos do Plano Brasil Maior, a política industrial do governo federal, da qual a CNM/CUT tem participado ativamente.

#### **1. Naval**

88 O setor continua aquecido, com expressiva carteira de encomendas e diversas obras de ampliação e de construções de novos estaleiros, especialmente no Rio Grande do Sul e Nordeste do país. Este cenário reflete positivamente no emprego metalúrgico. Estima-se que no primeiro trimestre de 2013 estariam empregados aproximadamente 60 mil metalúrgicos, pico histórico do setor.

89 Entretanto, algumas preocupações sobre o setor persistem, apesar de a indústria naval ter passado por um intenso resgate a partir de 2003 (é importante lembrar que o setor praticamente deixou de existir nos anos 1990). Atualmente praticamente apenas uma empresa, a Petrobrás, demanda navios no país. O fato de possuir apenas um cliente não traz segurança para a indústria se reestruturar

---

<sup>3</sup> Cálculos do DIEESE apontam potencial de redução no custo da Cesta Básica, que ficam entre 3,14% (Manaus) e 4,51% (Florianópolis).

plenamente, em especial consolidar uma cadeia de suprimentos nacionais. O Plano Brasil Maior, até agora, deixou a desejar no que diz respeito ao setor naval. Isso porque poderia ter auxiliado e colocado condições para nacionalizar a produção de navios no Brasil, extremamente dependente de componentes importado.

## **2. Siderurgia e Metalurgia Básica**

90 O Brasil continua ostentando posição de destaque em esfera global. Em 2012, manteve-se como 9º maior produtor de aço do planeta, com mais de 35 milhões de toneladas. Porém, persiste uma série de gargalos. O primeiro deles é o baixíssimo valor dos produtos brasileiros, o que traz problemas para a balança comercial, uma vez que exportamos produtos sem muito valor agregado e continuamos dependentes da importação de aço acabado.

91 Além disso, a China, líder disparada da produção de aço, continua controlando os preços globais. Esta lógica há meses representa um problema para as empresas de fora do território chinês e para os países dependentes da exportação do produto em questão.

92 Como forma de buscar maior competitividade da indústria nacional, o governo federal aumentou o imposto de importação de diversos produtos siderúrgicos (medida comemorada pelo empresariado do setor), com alíquotas que variavam entre 12% e 18% passaram para 25% em setembro de 2012, com validade de um ano.

93 Já no Plano Brasil Maior algumas propostas elaboradas pela CNM/CUT foram incluídas na agenda do setor, tais como maior fiscalização dos produtos importados e mais investimentos do BNDES em empresas de porte pequeno e médio. Mas até o momento nenhuma das pautas trabalhistas foram aceitas.

## **3. Eletroeletrônico**

94 Ano após ano o setor bate recordes de faturamento e produção no país, apoiado principalmente nos setores de portáteis, telecomunicações e linha branca. O bom desempenho tem relação direta com todos os avanços socioeconômicos pelos quais o país vem passando nos últimos anos e também mais especificamente no setor de linha

branca, com os incentivos concedidos pelo governo à indústria e aos programas regionais de substituição de eletrodomésticos.

95 O grande dilema colocado é a praticamente inexistência de capital nacional em empresas de ponta do setor e a crescente participação de empresas estrangeiras, questão não contornada no âmbito do Plano Brasil Maior. O problema não é apenas esse: via de regra, as empresas aqui instaladas são meras montadoras de produtos eletroeletrônico, dependentes de inovação tecnológica desenvolvida no exterior, como também de componentes importados.

#### **4. Automotivo**

96 A produção automotiva nacional caminha para mais um ano de produção recorde. O elemento novo é que entrou em vigor o Inovar-Auto, o novo regime automotivo brasileiro com duração até 2017. O Inovar-Auto tem como principal objetivo criar condições e garantir a competitividade da indústria automotiva nacional, num momento em que o Brasil está no foco dos grandes investimentos mundiais das principais empresas do setor.

97 Para que isso ocorra, o decreto que criou o programa traz uma série de metas e exigências – com foco na melhoria da eficiência energética dos veículos; em investimento em tecnologia e pesquisa e desenvolvimento e nacionalização das etapas produtivas, dentre outras – que são compensadas com estímulos/incentivos governamentais. As regras valem tanto para as empresas já instaladas no país quanto para as que têm projetos de investimentos ou apenas comercializam veículos automotivos no país.

98 O governo atendeu parte importante das reivindicações apresentadas pelos metalúrgicos da CNM/CUT e, além disso, as decisões tomadas terão rebatimentos claros na estruturação da indústria automotiva no Brasil, na geração de empregos e na qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores.

99 Estamos no caminho correto: é com regras rígidas que o Estado brasileiro deve agir com setores como o automotivo (fortemente concentrado em esfera global nas mãos de poucos grupos econômicos). Mas, apesar disso, podemos possuir as indústrias

da cadeia produtiva, concentrando valor agregado, tecnologia embarcada e emprego de qualidade.

## **5. Máquinas e Equipamentos**

100 A indústria de Máquinas e Equipamentos tem fundamental importância para o desenvolvimento da indústria no Brasil como um todo. Seu crescimento e desenvolvimento determina a dinâmica dos demais setores, como também na difusão tecnológica. No último período, o setor enfrentou duras dificuldades, vinculadas ao desaquecimento da indústria no Brasil. Apenas o setor ligado à Agropecuária teve resultados positivos.

101 A taxa de investimento nacional tem como uma das variáveis para sua medição a produção de Máquinas e Equipamentos. Por conta disso, observamos uma retração de 4% desse índice no PIB do Brasil em 2012.

102 Por conta disso, as diversas medidas lançadas pelo governo federal no Plano Brasil Maior tiveram como foco o setor: redução da taxa de juros para aquisição de máquinas e equipamentos; a redução do tempo de depreciação das máquinas, que permite abater no recolhimento de tributos por parte das empresas; redução do IPI sobre bens de capital; aumento da participação do BNDES nos diversos programas de investimento; prioridade de compras do governo de máquinas e equipamentos com conteúdo nacional.

103 Por conta dessas medidas, a expectativa da indústria de Máquinas e Equipamentos para 2013 é positiva. E os índices que medem a taxa de investimento no Brasil, foco da política econômica esse ano, já mostram recuperação, apontando um novo fôlego para o setor.

## **6. Aeroespacial**

104 A Embraer, praticamente a única empresa do setor do Brasil, consolidou o processo iniciado há alguns anos de diversificar seu portfólio de produtos. Hoje a produção de aeronaves comerciais de maior porte ganha espaço, em detrimento dos jatos executivos. A venda de aeronaves Super Tucano para as Força Aérea dos Estados Unidos também teve reflexo no faturamento da empresa e na alta histórica de suas ações

na Bovespa. Seu faturamento atingiu R\$ 12,2 bilhões em 2012, frente a R\$ 9,8 bi de 2011, valor igualmente superior ao apurado em 2008 (R\$ 11,7 bilhões), até então o melhor resultado.

105 A CNM/CUT apresentou diversas propostas de valorização do setor no Plano Brasil Maior, tendo melhor aceitação a que se refere à formação e qualificação dos trabalhadores do setor. No presente momento, aguarda-se o retorno do governo acerca da proposta de política enviada.

## *Conjuntura internacional*

### *América do Sul*

106 A ruptura da ordem democrática no Paraguai, com a destituição do ex-presidente Fernando Lugo, fez o país ser suspenso do Mercosul e Unasul, o que certamente causou impactos profundos a ele, uma vez que a dependência de nações vizinhas e parceiras no bloco, como Uruguai e Brasil, é grande. Somados ao Chile, estes países são os maiores compradores de produtos paraguaios, segundo a OMC.

107 A eleição recente do candidato conservador Horacio Cartes, que leva novamente o Partido Colorado ao poder, gera um futuro ainda mais incerto em meio a uma região politicamente predominada por governos progressistas. Por outro lado, a suspensão paraguaia abriu as portas do bloco para a Venezuela. Sem a presença do Paraguai – único a negar o pedido, o país então comandado por Hugo Chávez pode finalmente ser incorporado.

108 Este, que seria mais um passo de integração regional, ficou em segundo plano após a morte do líder da revolução bolivariana. Com uma oposição apoiada pela mídia e pelo governo dos Estados Unidos, o opositor Henrique Capriles perdeu a eleição para Nicolás Maduro por uma diferença mínima de votos (1,59%) e criou um clima negativo de divisão no país. Em caso de derrota da situação, todos os avanços sociais conquistados desde a ascensão de Chávez ao poder, em 1999, estariam seriamente ameaçados.

109 Na Argentina a maior batalha enfrentada pelo governo Kristina Kirchner é com os grandes grupos midiáticos, que a acusam de intimidação, por conta da

aprovação da Ley de Medios. Gigantes da comunicação, como o El Clarín, não podem mais monopolizar e deter um grande número de emissoras, jornais e rádios. Esta é uma guerra que a imprensa golpista está perdendo e tenta vender a todo o mundo como supressão da liberdade de imprensa.

110 No Peru, Ollanta Humala venceu as eleições e se consolidou como um novo governo progressista na região, enquanto Mujica, no Uruguai, e Morales, na Bolívia, tem ampliado a ação social, seguindo o modelo iniciado por Lula no Brasil. Mesmo com um governo bem avaliado, Michelle Bachelet não teve forças para eleger seu sucessor. A volta da direita no Chile surpreendeu muito e mostrou o que a sociedade daquele país ainda possui uma forte veia conservadora em suas raízes.

## ***EUA***

111 O fracasso na construção de um acordo político sobre a questão orçamentária nos EUA deve dificultar muito a recuperação econômica do país em 2013 e o planeta, como um todo, deve sofrer os reflexos. Democratas e republicanos continuam no impasse sobre que medidas devem ser tomadas de enfrentamento da crise. Enquanto os primeiros apostam no aumento de impostos para os mais ricos e a ampliação da assistência social, os segundos defendem o corte de gastos sociais e a manutenção do gasto bélico, por exemplo. Concordam, entretanto, com a necessidade de redução do déficit público, que em 2012 representava 70% do PIB (Produto Interno Bruto).

112 No fim de março, o Congresso Nacional estadunidense aprovou lei que garante o financiamento do Estado, ou seja, ele terá condições de arcar com as despesas de funcionários e seu próprio funcionamento. Vale lembrar que, para receber esses recursos, o Estado depende de autorização do Congresso. A lei, contudo, não altera o chamado sequestro, ou corte automático de despesas no orçamento. Diante da incapacidade de definir um orçamento, durante a crise de 2011, o Congresso aprovou a regra de que, na ausência de acordo, o orçamento seria automaticamente reduzido, atingindo praticamente todas as áreas do governo.

113 O sequestro será então aplicado nesse ano fiscal, que termina em setembro, e representa o corte de US\$ 85 bilhões nas despesas públicas. Foram aprovadas algumas ressalvas em relação aos cortes, como o aumento de recursos para a defesa (operação e

manutenção) e também o reforço a programas sociais nas áreas de saúde e educação, acomodando interesses diferentes entre democratas e republicanos.

114 O alto grau de tensão envolvendo as Coreias do Norte e do Sul e a possível participação do país num conflito armado que se desenha, além do atentado à bomba ocorrido em Boston, acendem a luz amarela em relação ao surgimento de novos embates militares com a participação ativa dos EUA e os países aliados.

## ***Europa***

115 Na Europa, a crise se aprofunda lentamente. A taxa de desemprego registrada em fevereiro – divulgada em abril – aumentou de 11,9% para 12,0% na zona do euro. Há meses a variação da taxa tem sido de +0,1 p.p., indicando lenta e gradual deterioração do mercado de trabalho da região. As maiores taxas foram registradas na Grécia, Espanha e Portugal. Dados preliminares já apontam retração da atividade econômica no 1º trimestre de 2013 em 0,12% na zona do euro. Se confirmado, será o 6º trimestre consecutivo de retração do PIB da região.

116 Após mais de um mês das eleições na Itália, que não garantiram vitória por ampla maioria dos votos a nenhuma das coalizões políticas, o impasse acerca da formação de um novo governo continua. A coalizão de centro-esquerda liderada por Luigi Bersani (Partido Democrático), que obteve ligeira maioria, não conseguiu articular com nenhuma das demais – a conservadora, liderada por Berlusconi, e a esquerdista/protesto, liderada pelo humorista Grillo – um acordo para a formação do governo. Desta forma, caberá ao presidente Giorgio Napolitano a montagem do novo governo. Napolitano articula uma saída tecnocrática: encomendou a especialistas a elaboração de propostas de governo, e poderá propor um líder para o gabinete de governo com perfil técnico, buscando arregimentar apoio das coalizões. Caso falhe, novas eleições poderão ocorrer no 2º trimestre.

117 O impasse é sintoma da natureza política da crise na Europa, e demonstra que não há consenso acerca das medidas que devem ser adotadas para contorná-la.

118 A crise financeira chegou ao Chipre, pequena ilha mediterrânea membro da União Europeia e da Zona do Euro. Com um setor financeiro bastante desregulado (a ilha é considerada um paraíso fiscal) e receptor de fluxos de capitais de distintas regiões do mundo (Chipre é muito próximo à Turquia e ao Oriente Médio, recebendo fluxos de

capital dessas regiões, de países do norte da África, e especialmente da Rússia), o país atravessou fortes turbulências na segunda quinzena de março deste ano. Depois de quase duas semanas de feriado bancário, período em que a solução para a crise financeira estava sendo discutida (algumas propostas iniciais da Comissão Europeia foram recusadas pelo parlamento cipriota), os bancos reabriram por meio de um programa de apoio da Comissão Europeia estimado em € 10 bilhões.

119 Para se ter ideia da magnitude do problema, o PIB de Chipre é de aproximadamente € 18 bilhões, ou seja, o apoio chega a algo em torno de incríveis 56% do PIB. O programa aponta a necessidade de medidas de controle de fluxos financeiros e a reestruturação do sistema bancário da ilha, especialmente os dois maiores bancos cipriotas (o Banco de Chipre e o Banco Laiki, pelo qual o segundo praticamente deixa de existir, absorvido pelo primeiro). Isso representaria especialmente perda para todos os depositantes de valores acima de € 100 mil, o que inclui não só milionários russos e aplicadores de outros países das regiões que usam Chipre como referência, mas também instituições importantes da ilha, como a Universidade, por exemplo.

120 É a primeira vez que, no espaço da União Europeia, são adotadas medidas que representam na prática um “confisco” de depósitos bancários, tão criticado pelos europeus no caso de países como a Argentina, por exemplo. Além disso, no curto prazo estão colocados limites para saques (€ 300 por dia) e restrições a transações com cartões de crédito na ilha e no exterior. O parlamento de Chipre ainda discute o desenho final das medidas a serem adotadas.

## *Ásia*

121 Ampliam-se as tensões na Ásia com a ameaça da Coreia do Norte de atacar a vizinha Coreia do Sul e seu aliado, os Estados Unidos. Estes aplicaram sanções econômicas, comerciais e diplomáticas ao país, em resposta aos testes nucleares realizados desde o início do ano. Além disso, os EUA reforçaram apoio militar aos sul-coreanos, realizando exercícios militares na fronteira entre as Coreias e monitorando os portos (saídas e entradas de cargas) dos norte coreanos.

122 O argumento é de que estes teriam rompido o acordo de desarmamento nuclear ao declarar a reativação de suas instalações e a realização de testes militares. Apesar de Kim Jong-un ter endurecido o tom em âmbito internacional, a manobra pode

ter como objetivo ampliar seu apoio internamente. Recém empossado presidente, após a renúncia de seu pai e antecessor, Jong-un encontrou um país muito empobrecido e tem anunciado a necessidade de reformas.

## Mapeamento e Perfil do Ramo Metalúrgico no Brasil

123 Os últimos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE, referentes a 2011, mostravam que o número de trabalhadores metalúrgicos no Brasil era de 2,38 milhões, dos quais 17,9% (426,4 mil) eram mulheres.

124 Os setores que mais concentram metalúrgicos são de Siderurgia e Metalurgia Básica, com 32,4%; Automotivo (Montadoras e Autopeças) com 22,8%; e Máquinas e Equipamentos com 22,4%.

125 Como se pode observar, a participação da mulher concentra-se historicamente no setor Eletroeletrônico, com 34,9%. A menor participação feminina é no setor de Máquinas e Equipamentos, com 12,9%.

**TABELA 1**  
**Distribuição dos trabalhadores (homens e mulheres) nos setores metalúrgicos**  
**Brasil, 2011**

Setores	Mulheres		Homens		Total Geral	
Aeroespacial	3.633	14,0	22.324	86,0	25.957	1,1
Automotivo	89.492	16,5	452.967	83,5	542.459	22,8
Eletroeletrônico	147.720	34,9	275.220	65,1	422.940	17,7
Máquinas e equipamentos	69.101	12,9	464.514	87,1	533.615	22,4
Naval	3.512	7,6	42.929	92,4	46.441	1,9
Outros materiais transportes	5.895	14,6	34.446	85,4	40.341	1,7
Siderurgia e metalurgia básica	107.133	13,9	665.364	86,1	772.497	32,4
<b>Total Geral</b>	<b>426.486</b>	<b>17,9</b>	<b>1.957.764</b>	<b>82,1</b>	<b>2.384.250</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS 2011

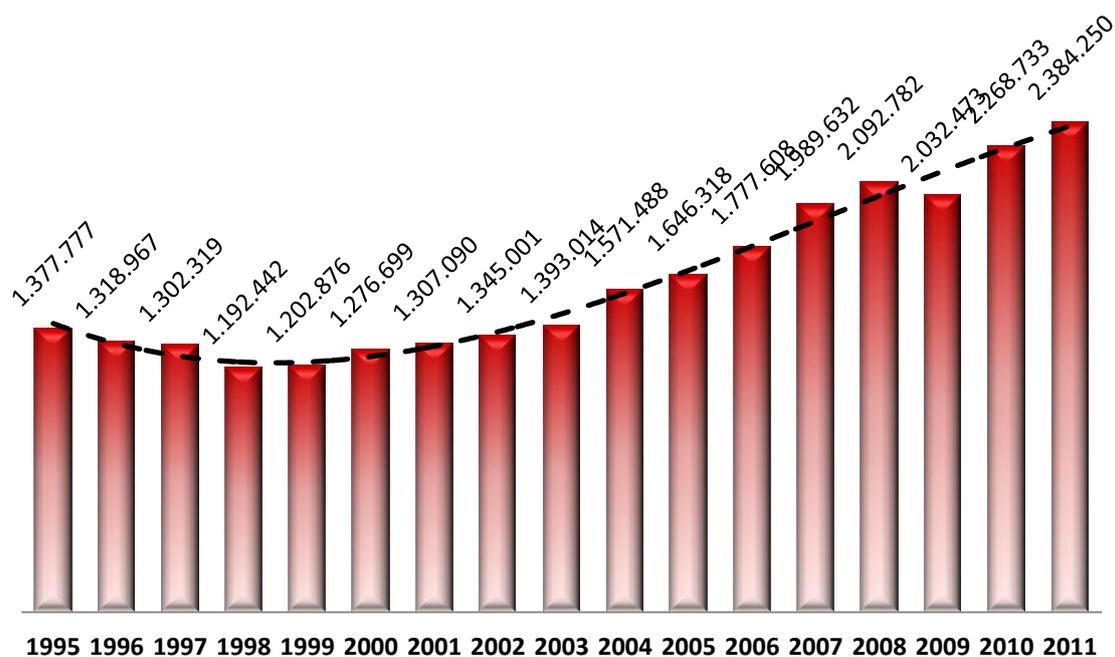
Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEM/CUT-SP

126 A evolução do emprego no ramo metalúrgico apresenta dois momentos distintos. O primeiro na década de 1990, evidenciado no gráfico, quando se observa o fechamento de postos de trabalho, tendo uma variação de **-2,4%** nos oito anos analisados (1995 a 2002). E a partir de 2003, com a criação crescente de mais postos de trabalho, com um crescimento de 71,2%.

## GRÁFICO 1

### Evolução do emprego no Ramo Metalúrgico

Brasil, 1995-2011



Fonte: RAIS 1995/2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEM/CUT-SP

127 A remuneração média no ramo é de R\$ 2.468,87. O setor com maior remuneração média é o Aeroespacial sendo de R\$ 5.578,80. Comparando a remuneração média das mulheres em relação à dos homens, elas têm uma remuneração de 28,3% menor. O setor com maior desigualdade é justamente o Eletroeletrônico, onde a participação da mulher é maior, e onde sua remuneração é de 37,3% menor que a do trabalhador metalúrgico.

**TABELA 2**  
**Remuneração média dos trabalhadores metalúrgicos (mulheres e homens) nos setores metalúrgicos**  
**Brasil, 2011**

Setor	2011			Mulher / Homem (em %)
	Mulher	Homem	Total	
Aeroespacial	4.750,08	5.713,67	5.578,80	-16,9
Automotivo	2.233,07	3.289,75	3.115,43	-32,1
Eletroeletrônico	1.631,54	2.603,97	2.264,33	-37,3
Máquinas e equipamentos	1.972,95	2.496,85	2.429,01	-21,0
Naval	2.410,92	2.477,04	2.472,04	-2,7
Outros materiais transportes	1.947,54	2.499,80	2.419,10	-22,1
Siderurgia e metalurgia básica	1.691,07	2.110,43	2.052,28	-19,9
<b>Total</b>	<b>1.865,38</b>	<b>2.600,33</b>	<b>2.468,87</b>	<b>-28,3</b>

Fonte: RAIS 2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEW/CUT-SP

128 A região Sudeste é a que possui maior participação dos metalúrgicos, sendo de 63,9%. Só o estado de São Paulo representa 44,9% dessa participação. Em segundo lugar, vem a região do Sul, com uma participação de 23,9%.

**TABELA 3**  
**Distribuição dos trabalhadores**  
**metalúrgicos por Região Geográfica e**  
**Unidades da Federação**  
**Brasil, 2011**

Unidades da Federação / Regiões Geográficas	ESTOQUE 2011 (RAIS)	
	Nº Trab.	%
<i>NORTE</i>	<i>110.054</i>	<i>4,6</i>
AC	334	0,0
AM	90.986	3,8
AP	314	0,0
PA	14.164	0,6
RO	2.987	0,1
RR	113	0,0
TO	1.156	0,0
<i>NORDESTE</i>	<i>130.291</i>	<i>5,5</i>
AL	3.165	0,1
BA	43.828	1,8
CE	26.175	1,1
MA	8.548	0,4
PB	4.704	0,2
PE	32.931	1,4
PI	3.448	0,1
RN	3.937	0,2
SE	3.555	0,1
<i>SUDESTE</i>	<i>1.523.944</i>	<i>63,9</i>
ES	28.588	1,2
MG	282.656	11,9
RJ	141.092	5,9
SP	1.071.608	44,9
<i>SUL</i>	<i>570.929</i>	<i>23,9</i>
PR	169.393	7,1
RS	239.363	10,0
SC	162.173	6,8
<i>CENTRO OESTE</i>	<i>49.032</i>	<i>2,1</i>
DF	5.834	0,2
GO	26.539	1,1
MS	8.651	0,4
MT	8.008	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>2.384.250</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS 2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEMCUT-SP

129 Analisando a representação sindical, 20 sindicatos no Brasil representam mais da metade de todos trabalhadores do ramo metalúrgico. Esses sindicatos encontram-se listados na tabela abaixo.

**TABELA 4**  
**Distribuição dos trabalhadores nos 20 maiores sindicatos de**  
**metalúrgicos**  
**Brasil, 2011**

Sindicatos	Nº de trab.	Distrib. Em %
STIM de Mogi das Cruzes e SP	198.405	8,3
STIM do ABC	107.331	4,5
STIM de Curitiba	97.016	4,1
STIM de Amazonas	90.953	3,8
STIM de Campinas	84.225	3,5
STIM de Caxias do Sul	70.201	2,9
STIM de B. Horizonte e região	61.402	2,6
STIM de Guarulhos	57.727	2,4
STIM de Osasco	51.440	2,2
STIM de Sorocaba	49.016	2,1
STIM do Rio de Janeiro	46.667	2,0
STIM de Joinville	45.845	1,9
STIM de Betim	45.644	1,9
STIM de São José dos Campos	42.495	1,8
STIM de Jundiaí	33.297	1,4
STIM de Pernambuco	32.832	1,4
STIM de Porto Alegre	32.593	1,4
STIM de Limeira	29.584	1,2
STIM de Espírito Santo	28.526	1,2

Fonte: RAIS 2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEM/CUT-SP

130 Ao analisar o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo metalúrgico, observamos que 53,5% possuem Ensino Médio completo e 31,7% têm Ensino médio incompleto. A participação dos homens nesse segundo caso é quase 10% maior que das mulheres.

131 Na escolaridade de ensino superior incompleto a pós-graduação, 14,8% estão enquadrados nesse perfil. As mulheres têm uma participação nesse grupo de 22,5%, enquanto que a dos homens é de 13,1%.

**TABELA 5**  
**Distribuição dos trabalhadores metalúrgicos (mulheres e homens) por escolaridade**  
**Brasil, 2011**

<b>Escolaridade</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Analfabeto	0,1	0,1	0,1
Ensino fundamental Incomp.	6,2	11,2	10,3
Ensino Fundamental compl.	8,5	13,4	12,6
Ensino médio incompl.	7,2	9,1	8,7
Ensino médio Completo	55,6	53,0	53,5
Ensino superior incompl.	7,0	3,9	4,4
Ensino superior completo	15,3	9,1	10,2
Pós graduação	0,2	0,2	0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS 2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEM/CUT-SP

132 Quase metade dos trabalhadores metalúrgicos possui de 30 a 49 anos; 40,6% têm até 29 anos e 10,1% têm de 50 anos em diante. As mulheres têm uma maior participação na faixa etária que vai até 29 anos e menor participação na faixa de 50 anos em diante.

**TABELA 6**  
**Distribuição dos trabalhadores metalúrgicos (mulheres e homens) por faixa etária**  
**Brasil, 2011**

<b>Faixa etária</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
15 a 17 anos	1,1	0,9	0,9
18 a 24 anos	21,3	19,4	19,7
25 a 29 anos	22,6	19,4	20,0
30 a 39 anos	33,3	29,9	30,5
40 a 49 anos	16,1	19,3	18,8
50 a 64 anos	5,4	10,7	9,7
65 ou mais anos	0,2	0,5	0,4
Não identificados	0,0	0,0	0,0
<b>Total Geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS 2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEM/CUT-SP

133 Dos trabalhadores metalúrgicos, 67% se identificam como não negros e 26,7% como negros, os outros 6,3% não se identificam. A distribuição entre mulheres e homens é semelhante.

**TABELA 7**  
**Distribuição dos trabalhadores metalúrgicos (mulheres e homens) por raça/cor**  
**Brasil, 2011**

Raça/Cor	Mulheres	Homens	Total
Negros	24,3	27,2	26,7
Não negros	68,8	66,6	67,0
Não identificado	6,9	6,2	6,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS 2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEM/CUT-SP

134 A maior parte dos trabalhadores do ramo metalúrgico cumprem uma jornada de 44 horas: são 89,6% deles. Apenas 9,2% se enquadram na jornada de 40 horas. Embora um pouco mais que um ponto percentual, as mulheres têm uma participação maior na faixa de 44h de trabalho semanais.

**TABELA 8**  
**Distribuição dos trabalhadores metalúrgicos (mulheres e homens) por faixa de horas trabalhadas**  
**Brasil, 2011**

Faixa de Horas Trabalhadas	Mulheres		Homens		Total	
	Distrib. em %	jornada média	Distrib. em %	jornada média	Distrib. em %	jornada média
ATE 12 HS	0,1	08:03	0,1	07:06	0,1	07:19
13 A 15 HS	0,0	14:35	0,0	14:43	0,0	14:40
16 A 20 HS	0,8	19:40	0,4	19:43	0,5	19:42
21 A 30 HS	1,1	24:46	0,5	24:34	0,6	24:38
31 A 40 HS	7,2	39:08	9,7	39:12	9,2	39:12
41 A 44 HS	90,8	43:55	89,4	43:54	89,6	43:54
<b>Total Geral</b>	<b>100,0</b>	<b>43:07</b>	<b>100,0</b>	<b>43:13</b>	<b>100,0</b>	<b>43:12</b>

Fonte: RAIS 2011

Elaboração: Subseção DIEESE – CNM-CUT - FEM/CUT-SP

## **Eixos de Atuação da CNM/CUT**

### ***Eixo 1 - Contrato Coletivo Nacional***

135 Para a CNM/CUT, a negociação coletiva é uma ação política entre os sindicatos de trabalhadores/as e as representações dos empregadores. As negociações, acordos e os contratos coletivos são instrumentos para ampliar as melhorias nas condições de remuneração e de todas as questões vinculadas à participação dos/as trabalhadores/as no processo produtivo, em especial as sociais. O resultado de qualquer negociação mostra a correlação de força que se estabelece entre as partes envolvidas: a força dos/as trabalhadores/as é resultado de sua capacidade de mobilização e a organização de seus sindicatos, o que exige do movimento sindical a busca permanente da atualização de suas formas de organização, a fim de ampliar a unidade de seus movimentos e conquistar parcelas mais amplas de trabalhadores/as.

136 No Brasil, o modelo corporativista de organização sindical imposto pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), pela cultura sindical, pelo poder da justiça do trabalho e pelo apelo para os conflitos se resolverem no Judiciário, fazem com que a maioria dos ramos produtivos limitem as negociações coletivas à base de representação territorial de cada sindicato – a data-base, cada uma em um mês diferente, faz com que as relações de trabalho sejam totalmente pulverizadas e ainda dependentes do Estado. Nesse sentido, a CNM/CUT tem como uma de suas principais bandeiras de luta o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho.

137 O CCNT é um acordo estabelecido entre a representação nacional dos/as trabalhadores/as e os empresários, a partir um patamar mínimo de trabalho decente baseado em uma pauta nacional. A luta por essa modalidade foi aprovada em 2004, no 6º Congresso, com a seguinte resolução: “... o *Contrato Coletivo Nacional de Trabalho* visa estabelecer uma base mínima, de caráter nacional, geral e articulado, sobre a qual os metalúrgicos vão desenvolver as demais negociações. Ele é de caráter geral, porque seu conteúdo é o de estabelecimento de condições mínimas, que não suplantam as negociações específicas, locais. Mas é também articulado porque deverão desdobrar-se

*nas mais diversas regiões e estados do país até o nível de empresa, visando adaptar-se às diferentes realidades”.*

138 A construção do CCNT tem por princípio a solidariedade entre os/as trabalhadores/as, além de reafirmar um dos principais objetivos da Central Única dos Trabalhadores, “a defesa intransigente dos direitos e reivindicações gerais e particulares dos trabalhadores/as”.

139 Conforme já demonstrado em pesquisa realizada pelo DIEESE em 2007 – denominada “Do Salário às Compras” – não há explicações que justifiquem as diferenças salariais existentes no país, pois o valor da riqueza produzida pelo trabalho é sempre o mesmo em todos os lugares. Porém, essas diferenças têm sido utilizadas constantemente pelas empresas para que obtenham mais ganhos através da exploração da mão de obra dos/as trabalhadores/as.

140 A existência de um CCNT que contribua para a redução das diferenças salariais entre os trabalhadores das regiões brasileiras também ajudará na desconcentração da riqueza no país, pois à medida que melhoramos as condições dos salários haverá mudanças e melhorias nas condições de vida dos/as trabalhadores/as, além de um desenvolvimento econômico mais igual entre as várias partes do Brasil.

141 Como estamos hoje?

142 Apesar de essa discussão ter se iniciado há mais de uma década, sua luta continua atual. Nos últimos anos, têm sido anunciadas centenas de investimentos na indústria nacional, principalmente no ramo metalúrgico, movimento que reforça a preocupação com as práticas das empresas (em especial as asiáticas) que aqui se instalam. As relações destas com seus/suas trabalhadores/as podem representar uma ameaça à organização histórica dos/as metalúrgicos/as.

143 A intensificação do processo de interiorização de algumas indústrias revela uma busca ainda constante de rebaixamento dos custos da produção. A Fiat em Pernambuco, por exemplo, anuncia um piso de R\$ 800,00, sendo que a remuneração média dos metalúrgicos nesse Estado é de R\$ 2.000,00 e nas montadoras do ABC é de R\$ 6.000,00.

144 Partindo da ideia que alcançar o CCNT é fruto de um PROCESSO de lutas e aprimoramento de nossa organização, temos de cumprir etapas. Cada passo representa um aprendizado.

145 Assim, em 2012, inauguramos mais um ciclo de debates em torno desse tema, com a realização da Conferência Nacional de Negociação Coletiva, com o intuito de pautar discussões em torno do CCNT e mostrar a importância de se criar a cultura de uma negociação nacional. Para isso, propusemos a construção de uma pauta mais “enxuta” de reivindicações, a partir de um mapeamento realizado pelo SAAC – Serviço de Acompanhamento de Acordos Coletivos do DIEESE, das Convenções Coletivas assinadas na base da CNM/CUT, cujo objetivo era partir de cláusulas que já estavam presentes na maioria dos documentos negociados.

146 As cinco cláusulas aprovadas na Conferência Nacional são as seguintes:

**1) Creche:**

- será garantida para crianças de zero a seis anos;
- a creche será de livre escolha dos pais ou responsáveis legais;
- o reembolso do auxílio creche será de, no mínimo, 50% do piso; salarial da categoria;
- o direito será garantido não apenas para mães, mas também para pais, responsáveis legais e adotantes;

**2) Acesso ao local de trabalho:**

- será garantido o acesso aos dirigentes e assessores sindicais ao local de trabalho para o desenvolvimento de todas as atividades sindicais, como assembleias, eleições do Sindicato e da CIPA e, inclusive, para campanhas de sindicalização;

**3) CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)**

- será garantido o direito do Sindicato participar de todo o processo eleitoral da CIPA e, inclusive, o de indicar o secretário geral;
- o tempo para atuação dos cipeiros e suplentes será definido em conjunto pela CIPA eleita, o Sindicato e a empresa;
- o mandato será de dois anos, sem limitação para reeleição para o 2º mandato;
- será garantida a estabilidade para o suplente;

- será garantida eleição da CIPA em empresas com menos de 20 trabalhadores (não prevista na NR-5);

#### **4) Demissões**

- todas as rescisões serão feitas no Sindicato;
- no pedido de dispensa pelo trabalhador, não será aplicada penalidade de pagamento de aviso prévio;
- a empresa pagará multa de dois salários nominais após vencido prazo de 10 dias para o pagamento das verbas rescisórias;
- nas demissões por justa causa, o motivo será comunicado por escrito ao trabalhador e ao Sindicato;
- no prazo de 20 dias após a demissão por justa causa, será garantido o direito do trabalhador e do Sindicato apresentarem a defesa.

#### **5) Duração e distribuição da jornada:**

- será fixada limitação semanal, mensal e anual da jornada de trabalho, para inibir as horas extras;
- nos turnos de revezamento, será garantido número mínimo de folgas aos domingos;
- nos turnos de revezamento, serão estabelecidos critérios que contemplem condições de vida para mulheres e estudantes;
- a implantação de turnos especiais só será feita mediante estudo do Sindicato sobre os impactos nas condições de vida dos trabalhadores;
- a compensação de feriados prolongados só será estabelecida mediante votação secreta, que acontecerá com antecedência mínima de 30 dias;
- compensação aos sábados: não haverá compensação se coincidir com feriados e, em caso de trabalhar, serão pagas horas extras; se não houver trabalho aos sábados, a compensação será feita de segunda a sexta-feira
- em caso de interrupção da jornada pela empresa, o período será remunerado e não poderá ser compensado.

147 Desta forma iniciamos um processo por cláusulas relacionadas a condições de trabalho, relações de trabalho e relações sindicais. E deixamos para a próxima etapa as discussões acerca da remuneração (piso e reajuste salarial), pois, para isso, é

essencial que aproximemos as datas-bases para potencializar nossa força através de mobilizações nacionais. E sabemos que isso não se constrói de forma rápida...

148 Mas precisamos iniciar o quanto antes essa discussão nas negociações locais. A proposta anterior era que todos buscassem negociar em setembro. Entretanto, ainda temos mais da metade das Convenções Coletivas de Trabalho sendo negociadas no primeiro semestre. Neste momento, entendemos que seria uma grande vitória concentrarmos as negociações entre setembro e novembro, pois sabemos que este é um período de aquecimento da indústria nacional.

149 Nesse debate, queremos evidenciar que a criação de um CCNT não representa perda de autonomia dos sindicatos de nossa base. Pelo contrário, a tarefa da CNM/CUT é fortalecer seus sindicatos filiados. Um CCNT serviria de patamar mínimo para os/as metalúrgicos/as do Brasil e todo sindicato poderá negociar Convenções e Acordos Coletivos que tragam garantias superiores, ou seja, nenhum sindicato/trabalhador(a) perderá direitos já negociados.

## ***Eixo 2 - Políticas Gerais e Permanentes***

### **• Saúde**

*“Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.*

(Organização Mundial de Saúde)

150 Com o advento da maquinaria e a nova divisão social do trabalho, dinamizou-se enormemente a produção e, como consequência, intensificou-se o ritmo do trabalho. Algum tempo antes deste período a produção era artesanal e familiar, com a utilização das próprias ferramentas e o domínio/conhecimento do processo produtivo como um todo pelo artesão, correspondendo às exigências do mercado local (comunitário). Essa realidade transformou-se radicalmente com o aparecimento das máquinas e o surgimento do sistema fabril.

151 A partir de então, os estreitos limites do mercado local (comunitário) foi suplantado pelas “necessidades” do mercado mundial (que foi o responsável pela dinamização desse processo), a produção passou a ser em série, houve uma rígida divisão entre os que pensam/organizam/gerenciam o processo produtivo (capitalistas) e os que, desprovidos dos meios/condições de produção (operários), executam/produzem de fato. Em suma, o capital submeteu o trabalho no processo produtivo.

152 Essa breve introdução se faz necessária para procurarmos entender em quais condições surgiram a nova forma de organização social do trabalho durante o período da Revolução Industrial e porque, a partir de então e apesar das grandes transformações ocorridas na estruturação técnico-organizacional (Fordismo, Taylorismo, Toyotismo etc.), os/as trabalhadores/as continuam a sofrer cotidianamente sérios impactos em sua saúde e segurança durante o desempenho de suas atividades laborais.

153 O processo produtivo, independentemente do ramo, é organizado visando a maior produtividade e eficiência (segundo a lógica do capital). Para tanto, a força de trabalho é apenas mais uma mercadoria a ser consumida durante esse processo em que a estrutura técnico-organizacional e a intensificação do ritmo de trabalho são determinados pelos patrões (capitalistas) - objetivando a autovalorização do capital -, o que demonstra o quanto é autoritária e desumana essa relação, principalmente no âmbito fabril.

154 Por outro lado, a concentração de operários na grande indústria e sua consequente tomada de consciência das dificuldades enfrentadas no dia a dia da fábrica criaram as condições necessárias (objetivas/subjetivas) para a busca de organização dos/as trabalhadores/as, para enfrentar essa dura realidade a que estavam/estão submetidos. Dessa forma, a organização sindical dos/as trabalhadores/as é uma resposta, uma tentativa de impor limites à exploração patronal e de democratizar as relações de trabalho no interior das fábricas. Sendo o modo de produção capitalista uma forma de produção que visa unicamente a atender as necessidades do mercado - e não as necessidades humanas -, a própria concorrência intercapitalista, associada à resistência dos trabalhadores ao ritmo de produção, levam necessariamente os capitalistas a buscarem constantemente novas formas de organização/estruturação de todo modo de produção.

155 Portanto, diante dessa realidade sócio-histórica, sem perder de vista as bandeiras históricas dos/as trabalhadores/as e sabendo que as lutas não podem ser hierarquizadas nem tampouco fragmentadas, no que tange especificamente a saúde e segurança dos/as trabalhadores/as, a situação tem se agravado progressivamente. Muitas vezes tentamos remediar as “consequências” sem ter condições, na maioria das vezes, de intervir nas “causas” desta grave situação.

156 Segundo dados da OIT, os acidentes e doenças do trabalho vitimizam dois milhões de trabalhadores no mundo por ano. No Brasil, segundo dados do Ministério da Previdência Social, em 2011 ocorreram 711.164 acidentes de trabalho com 2.884 mortes. Nosso país, segundo a OIT (dados de 2009) é o quarto colocado em acidentes de trabalho no mundo. Esses números por si só já explicitam a tragédia que se abate sobre a classe trabalhadora. Os acidentes que mutilam grandes contingentes de trabalhadores também trazem outras consequências: em inúmeros casos, os trabalhadores não conseguem se requalificar, se recolocar no mercado de trabalho e passam a ter que subsistir com poucos benefícios da Previdência Social, trazendo ainda mais impactos nos custos da sociedade como um todo.

157 Os próprios dados do Ministério da Previdência Social demonstram a irracionalidade desta realidade: gasta-se aproximadamente R\$ 70 bilhões por ano com benefícios decorrentes de acidente de trabalho, enquanto, por exemplo, o orçamento do Ministério da Saúde para 2012 foi da ordem de R\$ 91,7 bilhões. Ou seja, para implementar toda a política pública de prevenção e atendimento à saúde de grande parcela da população brasileira, o Estado consome quase a mesma cifra do que se gasta com benefícios assistenciais a acidentados no trabalho.

158 Mas, para além disso, temos de ter a clareza e a sensibilidade necessárias para compreender que não se tratam de meros e frios dados estatísticos, são números relativos a vidas humanas. É preciso lembrar ainda que esses são dados oficiais, não computados, portanto, os inúmeros casos nos quais o empregador se nega a emitir a CAT, como também não fazem parte destas estatísticas os milhares de casos de trabalhadores informais que se acidentam diariamente, o que agrava enormemente a situação.

159 Sendo assim, não podemos aceitar a “naturalização” do adoecimento nem dos acidentes de trabalho que vitimizam trabalhadores/as todos os dias nos mais

diversos ramos e ambientes de trabalho. O adoecimento e os acidentes de trabalho são, em grande medida, resultados dessa realidade social onde a pressão pela produção, a aceleração do ritmo de trabalho, as exigências de trabalhadores/as multifacetários, a precarização etc. criam as condições apropriadas para essa trágica situação.

160 Nesse sentido, o movimento sindical ocupa uma posição estratégica, pois somente com sua intervenção é que os/as trabalhadores/as poderão se contrapor de fato a essa dura realidade e não somente tentar remediar mas, para garantir de fato a saúde e segurança do trabalhador.

161 Sendo assim, a Organização no Local de Trabalho é condição indispensável, um objetivo a ser perseguido e atualizado constantemente pelos/as trabalhadores/as e suas entidades, sendo a OLT uma bandeira histórica de nossa Central, bem como da CNM/CUT. A OLT é também uma maneira de democratizar as relações no ambiente de trabalho. Para tanto se faz necessário que ocupemos/atuemos em todas as instâncias que possuam condições de contribuir com esses objetivos no ambiente de trabalho e consigamos, através de nossa atuação, a adesão dos/as trabalhadores/as para o projeto/concepção sindical cutista.

162 Ciente dessa necessidade histórica e fundamentado na premissa de que os/as trabalhadores/as têm de construir seus instrumentos/ferramentas de intervenção no mundo do trabalho, de acordo com nossas necessidades históricas, nós, da CNM/CUT, criamos a Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador, Previdência Social e Meio Ambiente e, posteriormente o Coletivo de Saúde da CNM/CUT com o objetivo de contribuir na organização/orientação de nossos sindicatos/dirigentes em nosso ramo.

163 Desde a criação da Secretaria, já realizamos duas Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador Metalúrgico. Aprovamos, na Conferência Nacional de Negociação Coletiva (novembro de 2012), a cláusula da CIPA sob controle dos/as trabalhadores/as. Sabemos que, apesar das “amarras” da legislação, é um dos espaços onde devemos atuar e, buscando ampliá-la/transformá-la de fato num instrumento a serviço da organização no local de trabalho. É claro que não vamos perder de vista que a construção dos Comitês de Saúde composto apenas por representantes dos trabalhadores é um objetivo a ser alcançado pelo movimento sindical.

164 A Constituição Federal, em seu artigo 196, determina: “*a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*”. Em consonância com esta determinação constitucional, salientamos que a valorização da saúde pública, universal e de qualidade é uma bandeira fundamental dos/as trabalhadores/as e da sociedade como um todo, pois jamais poderemos admitir que direitos elementares/fundamentais para todos os cidadãos como a saúde sejam submetidos à lógica do mercado. Em outras palavras, temos de lutar para reverter a tendência dominante de mercantilizar todas as esferas da vida social.

165 Portanto, retomar a luta pela valorização do SUS é parte integrante desse processo e é emblemático, pois este ano serão completados 25 anos de sua criação. Isso é resultado das ações dos movimentos sociais organizados, desde sua luta pela reforma sanitária na década de 1980.

166 Da mesma forma que os movimentos sociais foram protagonistas naquele período, temos de mobilizar novamente não só os movimentos, mas a sociedade como um todo, conscientizando todos da importância desse sistema para os/as trabalhadores/as e a população em geral. Para tanto, temos de demonstrar que o SUS é muito mais que um sistema de assistencialismo e tratamento primário de doenças. Pelo contrário, é um “sistema” muito mais abrangente, que atua na prevenção, acompanhamento etc., que é um sistema integrado/articulado de saúde, que conta em sua estruturação com vários outros órgãos/instâncias de saúde pública.

167 Além desses, outros grandes desafios já se avizinham no horizonte para os/as trabalhadores/as. Uma revolução invisível já esta em curso e – a que tudo indica, segundo estudos preliminares – alterará radicalmente o mundo do trabalho e, concomitantemente, todas as demais relações sociais vigentes. Em outras palavras, uma nova/radical estrutura societária se forjará com o advento da Nanotecnologia.

168 A Nanotecnologia é a manipulação de átomos/moléculas em escala nano (minutuarização extrema) que tem por princípio formar novos dispositivos, novas estruturas, novas funções para produtos existentes, criar novos produtos etc. nas mais diversas áreas (Física, Química, Biologia, Engenharia etc.).

169 Para começarmos a ter a dimensão e nos familiarizarmos com o grau de transformação que representa esta nova ciência/tecnologia, basta atentarmos para a escala em que ela opera: uma nano partícula é setenta mil vezes menor que um fio de cabelo; portanto, seguramente será responsável por uma profunda/radical transformação sem paralelo na história da humanidade.

170 Os países centrais do capitalismo (EUA/Japão/Europa) são os que detêm maior conhecimento e desenvolvimento em pesquisa e aplicação desta nova tecnologia. Porém, como não podia ser diferente numa sociedade dividida em classes sociais, pesquisas/desenvolvimento/aplicação de Nanotecnologia seguem os ditames de interesse do capital.

171 Até onde temos informações, os investimentos (públicos e privados) têm por princípio norteador a eterna busca da autovalorização do capital, em detrimento da saúde dos trabalhadores e/ou pessoas no geral. Não se trata de sermos contra qualquer tipo de avanço científico/tecnológico, pois ele é necessário para o progresso da história humana. Mas também não cabe aqui o mínimo de ingenuidade por parte dos/as trabalhadores/as, já que a questão que se coloca é “USO E CONTROLE SOCIAL” desta nova ciência/tecnologia, que deve estar a serviço dos interesses dos/as trabalhadores/as e da vida humana e não do desenvolvimento/acumulação sob a ótica e interesse do capital.

172 Nesse sentido, o quanto antes os/as trabalhadores/as e suas organizações têm de participar, se apropriar, se qualificar e intervir de fato em tudo o que diz respeito a esta nova realidade que a Nanotecnologia aponta, principalmente para inverter essa tendência atual de se investir somente em pesquisa e desenvolvimento e, a partir de então, priorizar investimentos/pesquisa nos “impactos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente”. Somente bem preparados/as nós, trabalhadores/as, poderemos enfrentar em igualdade de condições esta batalha contra a burguesia e colocar as necessidades e anseios da classe trabalhadora na perspectiva da construção de uma sociedade verdadeiramente humana.

## • **Formação**

*“Uma ideia torna-se uma força natural quando ganha as massas organizadas”.*

(Karl Marx)

173 A formação sindical da CNM/CUT, em seu papel de pautar e debater temas que questionam a estrutura de nossa sociedade – no sentido de transformá-la a partir da organização e participação dos/as trabalhadores/as –, tem atuado como um meio para que os seus três eixos de atuação sejam materializados: o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, Organização Política e Sindical e Políticas Gerais e Permanentes. Além disso, o princípio é sempre estar intimamente relacionada com a estratégia da Política Nacional de Formação da CUT.

174 Reafirmando um princípio de que o processo de *“formação é contínuo, permanente e se realiza em ação”* é que nossas formas de atuação foram paulatinamente se transformando de acordo com as demandas apresentadas pelos Sindicatos e Federações.

175 Inicialmente, atendendo às necessidades de se formar dirigentes para atuarem na formação em seus locais de origem, elaboramos o programa de **Formação de Formadores**, cujos objetivos eram preparar os dirigentes para o exercício de “dirigente formador”. Foram três anos organizando grupos, debatendo os princípios e concepções que norteiam os processos educativos e a formação integral humana, bem como realizando encontros regionais de formação nas Federações. É imprescindível citar aqui nossa parceria histórica com o IF Mettal que, por mais de dez anos, contribuiu de forma financeira para a formação sindical metalúrgica brasileira, além da incontável colaboração na solidariedade internacional entre os/as trabalhadores/as do Brasil e da Suécia.

176 Atualmente, nossa atuação tem sido de forma **transversal e** direcionada à concretização dos eixos de atuação da CNM/CUT. Temos garantido que em todas as atividades propostas tenhamos momentos específicos de formação, para que as ações dos dirigentes sejam sempre realizadas com embasamento metodológico e sentido político. Partimos do pressuposto que todos, homens e mulheres, trazem de sua

experiência pessoal e sindical um conhecimento acumulado que é sistematizado de forma coletiva nos encontros e nos diálogos estabelecidos com os outros. É sempre em relação que construímos conhecimento e avançamos na compreensão da realidade, nunca de forma isolada e individual.

177 E é esse modo de fazer, pensar e propor a formação que nos torna singular e os processos formativos sempre são muito valorizados e ricos de sentido e significado.

178 Apresentamos como proposta formativa atividades que transitam desde a compreensão do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, item muito específico do mundo do trabalho, até a atuação dos dirigentes nas políticas gerais e permanentes da sociedade, fundamentais para as melhorias das condições de vida dos/as trabalhadores/as.

179 São alguns exemplos claros desses princípios:

- 1) Realização da Conferência Regional em Belo Horizonte, em fevereiro de 2013, dando continuidade à Conferência Nacional de Negociação Coletiva realizada em novembro do último ano pela CNM/CUT, quando foi construída uma pauta nacional de negociação rumo ao Contrato Coletivo Nacional de Trabalho;
- 2) Projeto de formação de novas redes em parceria com a CUT, DGB (Central Sindical Alemã) e CNQ, que se constitui em módulos formativos para trabalhadores/as em empresas que tenham relação com a Alemanha, com o objetivo de formar redes sindicais. Essas redes são estratégias de unificação das pautas de negociação entre as plantas e para fazer frente à globalização imposta pelo capital.
- 3) Coletivo de Formação da CNM/CUT, que tem o objetivo de reunir os secretários de formação de todos os Sindicatos e Federações, buscando a criação de unidade metodológica e política para as ações;
- 4) O projeto de Formação e Capacitação de Mulheres Metalúrgicas em Moçambique, que faz interface com as Secretarias de Relações Internacionais e de Mulheres e tem como princípio a solidariedade internacional entre os países.
- 5) Encontros Regionais de Formação que estão sendo realizados nas Federações e Sindicatos com a participação dos Secretários de Formação, são estratégicos na construção de unidade metodológica e do fortalecimento dos coletivos regionais de formação, da aproximação da Secretaria de Formação da CNM das regiões e

reafirmação da importância da atuação de todas as instâncias na formação de dirigentes sindicais.

180 Assim caminhamos... e sempre com a certeza da “inconclusão do ser humano”, que não há nada pronto e acabado, que a compreensão das relações que nos cercam é fundamental para transformamos aquilo que pensamos em ações concretas, buscando sempre a mudança de nossa realidade, que também não é estática, está sempre em movimento... Aí está a sensibilidade da formação, percebendo sempre esses movimentos “*e ser capaz ouvir a grama crescer...*” (Karl Marx)

### • ***Pessoas com deficiência***

*“Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana”.*

(Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2012)

181 A criação de políticas públicas afirmativas e compensatórias tornou-se imprescindível para que seja minimizada a dívida social com as minorias diante de uma sociedade com tantas desigualdades.

182 Apesar de sermos todos cidadãos, ainda há uma inexorável exclusão econômica e social da maioria da população. Ela se acentua ainda mais entre as mulheres, negros, jovens, pessoas com deficiência e demais minorias, por questões culturais e historicamente construídas, pois “... *a verdadeira igualdade consiste em se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na justa medida da desigualdade*”. (Fonte: A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, 2007)

183 Quando falamos de pessoas com deficiência, estamos nos referindo a uma parcela da população que foi durante muito tempo tratada pela sociedade e pelo Estado como merecedora de caridade e de medidas assistencialistas. Essas pessoas viviam à

margem da sociedade, eram invisíveis e, quando percebidas, tratadas como doentes ou incapazes de produzir.

184 Hoje, em um cenário ainda em construção, obtivemos vários avanços e certamente o principal deles é o início da mudança desta visão. Nem sempre a pessoa com deficiência tem algum tipo de doença e, portanto, não deve ser tratada como tal. O que a limita não é a sua deficiência, mas as barreiras encontradas no espaço em que ela vive. Portanto, são pessoas como quaisquer outras, plenamente capazes de produzir e ter autonomia, participação na vida econômica, social e cultural em igualdade de oportunidades.

*“O direito de ir e vir, de trabalhar e de estudar é a mola mestra da inclusão de qualquer cidadão e, para que se concretize em face das pessoas com deficiência, há que se exigir do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, Constituição Federal), por meio da implantação de políticas públicas compensatórias e eficazes. (Fonte: A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, 2007)*

185 Em relação ao mundo do trabalho, em 1989 o Brasil deu um importante passo quando ratificou a Convenção 159/83 da OIT, que tem como princípio a garantia de um emprego adequado e a possibilidade de integração ou reintegração das pessoas com deficiência na sociedade. A ratificação dessa Convenção implicou na aplicação de uma política nacional de promoção da inclusão efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho, fazendo, assim, com que essa minoria seja sujeito de seus direitos e senhora de seu próprio destino e não mera receptora de algum tipo de caridade.

186 Em consonância com essa Convenção, o Brasil instituiu em 1991 a lei 8.213 que, em seu artigo 93º, especifica a obrigatoriedade da contratação de pessoas com deficiência nas empresas:

*“A cota depende do número geral de empregados que a empresa tem no seu quadro, na seguinte proporção, conforme estabelece o art. 93 da Lei nº 8.213/91:*

<i>I</i>	<i>De 100 a 200 empregados</i>	<i>2%</i>
<i>II</i>	<i>De 201 a 500 empregados</i>	<i>3%</i>
<i>III</i>	<i>De 501 a 1.000 empregados</i>	<i>4%</i>
<i>IV</i>	<i>De 1.001 em diante</i>	<i>5%</i>

Fonte: A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, 2007

187 A lei de cotas mencionada acima se transformou, então, em uma ação afirmativa compulsória, que tem por objetivo incluir na sociedade uma parcela da população que é notoriamente excluída, que não têm acesso à educação, cultura, lazer, trabalho e outros espaços sociais fundamentais ao exercício pleno da cidadania.

188 Embora as medidas estatais sejam muito importantes para que haja a igualdade de oportunidades, elas não devem ser as únicas. A sociedade é igualmente responsável para fazer valer o princípio da igualdade entre todos e todas previsto na Constituição Federal. As empresas, por sua vez, devem, além de cumprir o percentual de contratação acima citado, tomar todas as medidas necessárias para que um/a trabalhador/a com deficiência tenha garantido todos os mesmos direitos de um/a trabalhador/a não portador de deficiência, uma vez que todos/as são cidadãos/ãs plenamente capazes, dotados/as de aptidões, dedicação e outros atributos importantes para o desempenho de seu trabalho.

189 Nesse sentido, as entidades sindicais, por sua vez, em seu papel de agentes transformadores da sociedade e importantes instrumentos em prol do/a trabalhador/a, devem fiscalizar o cumprimento das medidas compensatórias em benefício desta minoria. Além disso, deve conscientizar e fomentar o debate não só no mundo do trabalho, mas na sociedade, a fim de que as pessoas com deficiência, além de avançarem na conquista de seus direitos como cidadãos, não sofram nenhum tipo de discriminação. A CNM/CUT, em seu 8º Congresso, realizado em 2011, deliberou algumas resoluções sobre este tema:

- 1) Que seja realizada uma pesquisa sobre o perfil dos metalúrgicos e metalúrgicas com deficiência;
- 2) Promover um Encontro de pessoas com deficiência;
- 3) Criar o Coletivo sobre pessoas com deficiência.

190 Em busca do cumprimento dessas ações, iniciamos o processo de criação do Coletivo sobre Pessoas com Deficiência e perseguiremos a realização das demais ações a partir da construção deste coletivo, pois acreditamos que a busca por uma sociedade mais justa e igualitária deve primar pelos princípios fundamentais da democracia.

### • *Comunicação*

*“A liberdade de expressão é absolutamente central à democracia – uma espécie de pré-requisito para a vivência democrática. Se não houver uma opinião pública democrática, se não houver a possibilidade de um espaço público para a representação do conjunto, esse espaço público se corrompe. É o que temos hoje: uma opinião pública corrompida, formada pelos meios de comunicação que representam seus próprios interesses”.*

(Venício Lima, jornalista, sociólogo e professor da Universidade Federal de Brasília)

191 Nunca, no período republicano brasileiro, a comunicação e o conceito de liberdade de expressão estiveram sob uma disputa tão acirrada quanto na última década. Não por acaso isto coincide com os 10 anos de um projeto de governo distinto daqueles que comandaram o país desde o seu descobrimento.

192 O conceito de que a comunicação é um bem público e deve estar a serviço da cidadania não havia sido, até o final dos anos 1980, tão deturpado quanto tem sido neste período. Os meios de comunicação têm transformado opinião em fato e cerceiam, cada vez mais, o espaço para vozes destoantes.

193 Na história recente, cabe lembrar que foi a partir da década de 1990 que os veículos de comunicação tradicionais começaram a deixar mais claro o lado que sempre defenderam. Desde essa época, passaram a esconder de seu noticiário os fatos relativos

aos movimentos sindical e social. E, quando divulgam, tentam criminalizar sindicatos, entidades e todos aqueles que ousem pensar e agir diferente.

194 No entanto, vale ressaltar também que, ao longo dos últimos tempos, os sindicatos e as organizações da sociedade conseguiram, por exemplo, se contrapor à “verdade” veiculada pelos jornalões e emissoras de rádio e TV, ao reconquistarem, em primeiro lugar, a democracia; na sequência, as eleições diretas; depois, o impeachment de um presidente e, por fim, a eleição do primeiro presidente operário do País, seguido da primeira presidente mulher.

195 Mas, com a vitória do projeto democrático-popular personificado pelo metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, emissoras de TV e de rádios, jornais e revistas – alguns deles que até então se esforçavam para manter uma fachada pretensamente democrática – intensificaram seus ataques e passaram a adotar uma linha comum de atuação para combater esse projeto. Com isso, vêm tentando impor ao país a ditadura do “pensamento único”.

196 Juntos, esses veículos – pertencentes a apenas seis grupos em todo o país – seguem descaradamente deturpando fatos (ou mentindo sobre eles) e bradando contra os que defendem que o Brasil deve promover uma nova regulamentação dos meios de comunicação (a última foi feita em 1962). Eles argumentam/mentem que isto seria uma “afronta à liberdade de expressão e de imprensa”, afronta que eles mesmos praticam no seu cotidiano.

197 Diante dos fatos diários deturpados ou omitidos pela mídia tradicional e contra o pensamento único e o monopólio da comunicação, o movimento sindical e os setores progressistas da sociedade têm, nas últimas décadas, intensificado a luta pela democratização da comunicação no Brasil, uma das bandeiras históricas da Central Única dos Trabalhadores e as entidades a ela filiadas.

198 A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT nasceu no meio desta “batalha”, em 1992, atribuindo à comunicação a importância que merece, para contribuir com a principal diretriz que norteia a entidade: a organização dos/as trabalhadores/as metalúrgicos/as em todo o país.

199 Desde a sua fundação, a CNM/CUT mantém a sua área de comunicação profissionalizada, para noticiar suas ações, os fatos relativos ao mundo do trabalho e ser

um espaço democrático para que sindicatos e federações de metalúrgicos cutistas divulguem suas ações. E tem incorporado as inovações que chegaram à área para facilitar e agilizar o diálogo com os/as trabalhadores/as e a sociedade.

200 A Confederação sabe que a comunicação é um projeto que estará sempre em disputa e, por isso, também tem apoiado a construção e a consolidação de veículos do campo cutista, nascidos a partir do entendimento de que os/as trabalhadores/as devem ter a sua própria rede.

201 Hoje, essa rede conta com a TVT (TV dos Trabalhadores), a Rede Brasil Atual (com portal, emissoras de rádio e revista) e o jornal ABCD Maior, entre outros veículos que se juntam às publicações, sites, blogs e portais mantidos pelas entidades cutistas.

202 Por isso, além de socializar as ações e lutas das federações e sindicatos, disponibilizar informações estratégicas às Federações, aos sindicatos, Comitês e Redes Nacionais e Internacionais e contribuir para o fortalecimento da integração entre os trabalhadores e as trabalhadoras – por meio de seu site –, a CNM/CUT, nesta Plenária Estatutária, decide:

- 1) Assumir a luta pela democratização dos meios de comunicação, através da Campanha “Para Expressar a Liberdade: uma nova comunicação para um novo tempo”, conduzida pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que neste momento é coordenado pela CUT. A Campanha tem o objetivo de colher 1,3 milhão de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular que propõe um novo marco para a comunicação, regulamentando a Constituição Federal de 1988.
- 2) Orientar os sindicatos e federações filiados a conduzirem esta Campanha em suas regiões.
- 3) Estimular suas entidades filiadas a lutarem pela criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Comunicação, como forma de intensificar a luta por um novo marco regulatório para o setor.
- 4) Continuar estimulando que sindicatos e federações filiadas enviem suas notícias para divulgação no site da Confederação.
- 5) Transformar a coluna “Com a palavra”, de seu site, em um espaço democrático para que não apenas os/as metalúrgicos/as expressem suas opiniões, mas

também representantes de outras entidades sindicais e de outros segmentos da sociedade.

- 6) Intensificar o apoio para contribuir com a consolidação e a ampliação do alcance dos veículos da rede de comunicação dos/as trabalhadores/as.

### • *Relações Internacionais*

203 O internacionalismo é um elemento central da estratégia de organização e luta dos/as trabalhadores/as frente ao capital cada dia mais globalizado. A compreensão de que o capitalismo é, acima de tudo, um processo internacional de acumulação de riquezas a partir da exploração do trabalho, levou os/as trabalhadores/as já no início da Revolução Industrial a se organizarem internacionalmente.

204 A solidariedade une trabalhadoras e trabalhadores ao redor do globo. No Brasil, o resultado foi, desde o início do século XX, a criação das associações de ajuda mútua e depois dos sindicatos. A CUT contou com apoio de entidades sindicais de outros países desde sua fundação.

205 Desde a crise financeira internacional, estamos vivendo um novo momento e o papel designado ao Brasil é muito grande. Temos sido apontados pelas demais economias como o exemplo a ser seguido. Da mesma forma, também o movimento sindical internacional tem colocado o Brasil como referência, e as nossas entidades de classe têm sido exemplos nas lutas em várias nações.

206 Em dezembro de 2012, a Central Única dos Trabalhadores fundou o Instituto de Cooperação da CUT, que nasce com o objetivo de promover e coordenar projetos em parceria com entidades sindicais de outros países, com atenção especial à América Latina, Caribe e África, com ações guiadas pela difusão e implementação de programas e ações sindicais que defendam um novo modelo de desenvolvimento, que priorize a distribuição de renda e a valorização do trabalho – direitos, salários, qualificação –, o protagonismo político da classe trabalhadora, a vocação social dos empreendimentos econômicos e o respeito à questão ambiental.

207 Neste sentido, a CNM/CUT mantém importantes parcerias internacionais em projetos de cooperação que abordam as temáticas de formação sindical, gênero, juventude e organização sindical. É importante frisar, portanto, que a política

internacional está contida, em diferentes gradações, nas ações políticas de todas as secretarias.

**Tabela 1 - Mapeamento dos Projetos de Cooperação Internacional da CNM/CUT**

PARCEIRO	POLÍTICAS DESENVOLVIDAS	RESPONSÁVEIS	INTERFACES
<b>1. FES – FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT</b>	Projeto sobre o tema Juventude em parceria com o IndustriAll;	Secretaria de Juventude	
	Apoio as Redes Sindicais em multinacionais alemãs;	Secretaria de Organização Sindical	Secretaria de Formação
	Apoio à Conferência Brasil - Alemanha em parceria com Fundação Hans Böckler.	Secretaria de Relações Internacionais	
<b>2. IF METALL - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA SUÉCIA</b>	Projetos de Formação Sindical	Secretaria de Formação	Secretaria de Relações Internacionais

<b>3. CAW – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO DO CANADÁ</b>	Formação e Organização de Mulheres em Moçambique, em parceria com IndustriAll.	Secretaria de Mulheres	Secretaria de Relações Internacionais  Secretária de Formação
<b>4. DGB – BILDUNGSWERK CENTRO DE FORMAÇÃO DA CENTRAL SINDICAL ALEMÃ - DGB</b>	Projeto para formação e organização de Redes Sindicais em Multinacionais alemãs em parceria com a CUT, Instituto Observatório Social e CNQ.	Secretaria de Organização	Secretaria Geral  Secretaria de Relações Internacionais  Secretaria Juventude  Secretaria de Formação  Secretaria de Mulheres
<b>5. INDUSTRIALL SINDICATO GLOBAL</b>	Apoio a Organização de Redes Sindicais	Secretaria de Reações	Todas as Secretarias

		/Setores;	Internacionais
		<p>Projetos sobre o tema Juventude (FES e SASK);</p> <p>Projeto de Formação e Organização de Mulheres MZ (CAW).</p>	
<b>6. TIE GLOBAL – TRANSNACIONAL INFORMATION EXCHANGE</b>	<p>Projeto de intercâmbio – estagiário /a alemão permanece 6 meses na CNM para conhecer o movimento sindical;</p>	Secretaria de Relações Internacionais	Secretaria Geral
	<p>Projeto Vida Viva (Colômbia) – formação e organização de trabalhadores .</p>		Secretaria de Formação
<b>7. FHB – FUNDAÇÃO HANS BÖCKLER</b>	<p>Disseminação da Política de Co-Gestão através de Intercâmbios e Conferências</p>	Secretaria de Relações Internacionais	Todas as Secretarias

no Brasil e na  
Alemanha.

<b>8. SASK – CENTRO DE SOLIDARIEDADE SINDICAL DA FINLANDIA</b>	Projeto sobre o tema Juventude em parceria com o IndustriAll.	Secretaria de Juventude	Secretaria de Relações Internacionais
--	---	-------------------------	---------------------------------------

- Elaboração: Assessoria CNM/CUT, março/2013.

208 A cooperação internacional sindical está orientada para a construção da unidade da classe trabalhadora do mundo, rumo a um modelo de desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade. Os projetos que dialogam com esta premissa fundamental têm obtido avanços. A organização de mulheres metalúrgicas, por exemplo, hoje reconhecida uma política da Confederação, foi impulsionada pela cooperação internacional, que começou no início dos anos 2000. E hoje são as mulheres metalúrgicas brasileiras quem podem contribuir, com sua experiência de luta, para fortalecer a política de mulheres em outros lugares do mundo.

209 O Brasil, até dez anos atrás, era um país “receptor” de projetos de cooperação. Hoje, vimos assumindo um papel mais ativo, ou seja, estamos começando a retribuir a solidariedade que recebemos e que nos ajudou a construir um movimento sindical de luta e classista.

## • *Juventude*

*“A juventude brasileira é majoritariamente trabalhadora, está em luta por seus direitos e sua atuação política é determinante para avançarmos em reformas estruturais de nosso país”.*

(Alfredo Santos Jr., Secretário Nacional de Juventude da CUT,  
15/04/2013)

210 Por décadas, os jovens brasileiros – um segmento estratégico para o desenvolvimento da nação – não foram levados em consideração pelo Estado. Ignorados por um regime de exceção, tiveram coragem e determinação para ir às ruas e lutar pela derrubada de uma ditadura sangrenta e nefasta. Com a volta da democracia, tiveram papel importante no impeachment de Collor. Também atuaram ao lado dos sindicatos e movimentos sociais contra as políticas neoliberais nos anos 1990. Seus votos ajudaram a eleger o primeiro operário e a primeira mulher para a presidência do país.

211 Em 2013, mais um passo importante foi dado. Um dos maiores avanços para os jovens brasileiros foi a aprovação do Estatuto da Juventude pelo Senado, após quase dez anos de tramitação no Congresso Nacional. Trata-se da regulamentação de um conjunto de direitos para cerca de 52 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos que vivem no país. Sua aprovação aponta a necessidade de criação de políticas específicas, como as de acesso à educação, profissionalização, trabalho e renda, além de determinar a obrigatoriedade de o Estado manter programas de expansão do ensino superior, com oferta de bolsas estudos em instituições privadas e financiamento estudantil.

212 Para efetivar essa conquista, a atuação da juventude da Central Única dos Trabalhadores foi determinante. Realizando atos ao lado de 40 entidades nacionais em mobilizações realizadas nas principais capitais do país, por meio da Jornada de Lutas da Juventude Brasileira, fomos protagonistas na ação política que encaminhou a discussão do Estatuto com urgência ao Senado para votação.

213 Avanços como a reserva de 40% dos ingressos para eventos culturais e esportivos aos estudantes e jovens de camadas populares tiveram participação direta da CUT, por meio de sua participação no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), uma das demandas consensuais da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Falta apenas a sanção presidencial para a sua promulgação. É papel da CUT trabalhar para que esta conquista entre em vigor ainda em 2013.

*“A CUT defende que os direitos da juventude devem alcançar o máximo possível de jovens e, sobretudo, aqueles que mais sofrem com a condição juvenil: os jovens negros/as, as jovens mulheres confinadas ao trabalho doméstico e vítimas da violência sexista, os jovens gays, lésbicas e transexuais alvos da homofobia, os jovens cotidianamente explorados no mercado de trabalho urbano e rural, os jovens indígenas, ribeirinhos, quilombolas. Isso significa dizer que a CUT é contra restringir os direitos previstos no Estatuto apenas para aqueles jovens que estão comprovadamente na condição de estudante. O direito fundamental que a juventude tem de estudar, não pode ser vinculante para a garantia de demais direitos.”<sup>4</sup>*

214 A juventude brasileira é essencialmente trabalhadora. Ao todo, 73% dos/as jovens estão empregados/as ou procurando emprego, sendo que apenas 18% deles/as conseguem conciliar o trabalho com o estudo. Dos 27% restantes, metade apenas estuda e a outra metade não trabalha nem estuda, seja porque já terminaram os estudos ou porque enfrentam dificuldades socioeconômicas para frequentarem uma sala de aula. Portanto, nossa Central e suas entidades devem cada vez mais desafiar-se e criar condições para organizar os/as jovens.

215 Uma estratégia política organizativa da CUT para avançar na disputa de hegemonia na sociedade somente será vitoriosa se em suas pautas constarem a organização e a participação da juventude. Por isso, no 11º CONCURTO, a juventude cutista conquistou avanços, como a garantia da transversalidade de gênero, raça, LGBT, pessoas com deficiência e juventude nas políticas da Central. Também há o comprometimento de lutar pela implantação de políticas públicas que permitam a inserção dos/as jovens no mercado de trabalho com garantia de direitos.

216 Na indústria metalúrgica, a juventude também exerce um papel preponderante, pois ocupa 988.980 postos de trabalho (dados da RAIS – 2011), o que representa 40% do total de trabalhadores/as do ramo no país. Para a CNM/CUT, trabalhar o tema juventude é mais do que importante. É urgente e necessário!

217 O grande número de jovens neste ramo da indústria também pode ser justificado pela alta rotatividade promovida pelas empresas. Esta prática atinge, em média, cerca de 30% da categoria todos os anos. Os/as jovens acabam por substituir

---

<sup>4</sup> <http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4827/por-um-estatuto-para-toda-juventude-brasileira>

trabalhadores/as mais experientes e recebem salários mais baixos para ocupar a mesma função. Esta é uma prática condenada pelo movimento sindical, em especial pela CUT, que luta pela ratificação da Convenção 158 da OIT pelo governo brasileiro.

218 A organização dos jovens na CNM/CUT passou para um novo patamar desde a criação da Secretaria de Juventude, durante o 8º Congresso realizado em 2011. O que antes se resumia a atividades isoladas, como os intercâmbios sindicais com a juventude metalúrgica alemã, passou a ser parte da agenda e da estrutura oficial da entidade. Desde sua criação, a Secretaria criou o Coletivo Nacional de Juventude; tem participado do Coletivo Nacional de Juventude da CUT, do Festival de Juventudes de Fortaleza e em uma série de atos e eventos que dialogam com a pasta, dentro e fora do país.

219 Por outro lado, a mobilização e participação dos/as jovens metalúrgicos/as só se consolidará em avanços concretos na medida em que os sindicatos filiados e Federações criem e ofereçam condições de funcionamento para as Secretarias/Coletivos de Juventude, e que as pautas destes sejam orientadas por duas grandes diretrizes pautadas pela CUT: lutar por trabalho decente para a juventude que já está no mercado de trabalho e lutar por políticas públicas para juventude que possibilitem o direito de conclusão do ciclo educacional antes do ingresso no mercado de trabalho.

220 Como parte do esforço da CNM/CUT para formar novas lideranças locais e regionais, em 2012 foram firmados dois importantes projetos em parceria com a IndustriALL Global Union.

221 O primeiro é o projeto de intercâmbio sindical internacional patrocinado pela Fundação Friedrich Ebert e pelo IG Metall, que reúne cerca de 40 jovens lideranças sindicais dos ramos metalúrgico, químico e têxtil do Brasil, Alemanha e mais sete países da América Latina em atividades de formação e de troca de experiências realizadas no Brasil, Argentina e Alemanha até 2014.

222 O segundo, patrocinado pelo SASK (Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia), prevê capacitar outros 25 jovens sindicalistas brasileiros dos três setores da indústria em seminários de formação previstos para acontecer até 2015 no país.

223 Entendemos que é fundamental o aumento no investimento da formação político-sindical para a Juventude, inclusive para intervenção nas negociações coletivas

e participação em redes sindicais, como maneira de garantir o tema e a presença qualificada da juventude nestes espaços.

224 Desta maneira, teremos mais propriedade para levantar debates e ter uma participação protagonista nas lutas em defesa da saúde pública e de boas condições de trabalho, assim como por uma escola pública, universal, laica, gratuita e de qualidade.

225 A Secretaria de Juventude da CNM/CUT entende a importância da comunicação e divulga suas ações em espaços criados especialmente para os/as jovens metalúrgicos/as, por meio de um Blog e nas Redes Sociais, que têm se consolidado como meios de debates, promoção e consolidação de posições políticas, reivindicações e denúncias.

#### • **Gênero**

*“... um governo comandado por uma mulher tem mais que obrigação de lutar pela igualdade de gênero, pela defesa intransigente dos mesmos direitos para homens e para mulheres. Esta, aliás, deve ser a disposição de qualquer governo, seja ele comandado por um homem ou por uma mulher. Não se trata apenas de uma questão ética ou humanística, trata-se de uma questão eminentemente estratégica. Nenhum país moderno pode desperdiçar a energia e o talento das mulheres, sob o risco de deformar o seu presente e comprometer o seu futuro”.*

(Dilma Rousseff – 8 de março de 2013)

226 Desde 2011, 22 milhões de pessoas saíram da linha da pobreza, segundo revelou a Dilma Rousseff no programa de rádio “Café com a Presidenta”, de 25 de fevereiro de 2013. Este é um dos indicadores que também reafirma que um governo comandado por uma mulher está avançando na continuidade da estratégia estabelecida no mandato de Lula, de erradicar a miséria no Brasil, mostrando, que sim, a “mulher pode”.

227 As mulheres no Brasil representam 51,5% da população e estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho e nos espaços de decisão, em busca de sua autonomia financeira. Também há avanços na participação feminina na política, apesar de sua representatividade no Senado e na Câmara ter ficado praticamente estagnada desde a eleição de Lula. Já no governo, houve um aumento de quatro para nove mulheres nomeadas pela Presidenta para os Ministérios, representando 25% do total.

228 No movimento sindical brasileiro, tivemos algumas vitórias no último período, entre elas a conquista da paridade nos cargos da Direção da CUT, deliberação do último Congresso da Central, em 2012, que foi fruto de muita luta e organização. Num país onde as mulheres são mais da metade da população e, apesar dos avanços conquistados ao longo da história, ainda estão em condição de desigualdade; onde, mesmo com escolaridade maior, recebem cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função, essa a conquista é sem dúvida um importante passo rumo à tão sonhada igualdade de oportunidades entre todos e todas.

229 No ramo metalúrgico, as mulheres representam 18% da categoria, ou seja, ainda é um ramo predominantemente masculino, no qual existe a “falsa ideia” de “trabalho de homem e trabalho de mulher”. As mulheres acabam ocupando, em sua maioria, os postos considerados “femininos”. Prova disto é o setor eletroeletrônico, no qual as mulheres representam 34,9% dos trabalhadores. E é também nesse setor que encontramos a mais baixa remuneração feminina do ramo e as maiores altas taxas de rotatividade.

230 Mesmo em um cenário desfavorável, podemos destacar vários aspectos importantes na longa trajetória de luta por igualdade de oportunidades entre metalúrgicos e metalúrgicas. Boa parte das conquistas se deve a uma parceria estabelecida de mais de dez anos com a CAW (Canadian Auto Workers Union). Esta parceria proporcionou muitos avanços para as trabalhadoras metalúrgicas, como a formação de importantes lideranças políticas femininas para o movimento sindical.

231 Isso se deu não só através do financiamento do processo formativo, mas também na participação ativa na construção e acompanhamento do processo em si. Ao longo desses anos, foram realizados Encontros Regionais de Mulheres, Cursos de Formação Sindical, Conferências Nacionais de Mulheres, intercâmbios entre Brasil e Canadá, e participação nos cursos de Extensão Universitária em Economia do Trabalho

e Sindicalismo – CESIT, além da publicação da pesquisa “Quem são as Dirigentes Metalúrgicas no Brasil?” e do “Caderno de Creche”.

232 Este investimento de longo prazo resultou positivamente em pontos importantes, como a formação e qualificação das intervenções das mulheres nos espaços do mundo do trabalho, aumento do número de contratação de mulheres metalúrgicas, cumprimento da política de cotas de 30% para mulheres na Direção da CNM/CUT e em todas as suas atividades, aumento do número de cláusulas de gênero nas negociações coletivas, maior conscientização dos homens de que a luta por igualdade de gênero não é só de mulheres, mas uma luta da classe trabalhadora como um todo.

233 A parceria oficial com a CAW foi encerrada em setembro de 2012. Porém, as sementes lançadas continuam a brotar e a CNM/CUT se apropriou dos debates realizados e criou a sua política de gênero.

234 Em 2011, demos início a um projeto de solidariedade internacional em parceria com a IndustriAll Global Union, em Moçambique, que tem por objetivo central a formação de dirigentes mulheres e, com isso, contribuir para a organização das trabalhadoras metalúrgicas daquele país.

235 Foram realizados cinco módulos de um curso de formação, no qual foram abordados diversos temas, como a saúde da mulher trabalhadora, direitos humanos, a mulher e o mercado de trabalho, entre outros. A aplicação destes módulos foi desenvolvida por integrantes do Coletivo de Mulheres da CNM/CUT, que é composto por metalúrgicas que, em sua maioria, participaram de algum tipo de formação oriunda da parceria com a CAW, entre elas a atual Secretária de Mulheres.

236 Este percurso formativo em Moçambique, cujo último módulo ocorreu em março de 2013, obteve avaliação muito positiva no que se refere à formação e qualificação dessas mulheres. Prova disso é que há um indicativo de continuidade. Esta ação reforça o princípio de solidariedade internacional estabelecida pela CUT e só foi possível com a parceria e solidariedade anterior estabelecida entre a CAW e a CNM/CUT.

237 Outro importante avanço conquistado pelo Coletivo de Mulheres foi a inclusão de uma cláusula sobre creche na pauta nacional do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho da CNM/CUT, na Conferência Nacional de Negociação Coletiva

promovida em novembro de 2012, com o objetivo de construir e aprovar uma pauta rumo ao CCNT.

238 A inclusão dessa cláusula só foi possível pela intensa organização das mulheres e pela compreensão clara da CNM/CUT de que este tema é fundamental para propiciarmos a igualdade de oportunidades e que não é um assunto “só de mulheres e mães”. Somos todos sujeitos históricos que tem papel fundamental na trajetória em busca de uma sociedade justa e igualitária.

### • ***Igualdade Racial***

*"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar".*

(Nelson Mandela)

239 Ao chegarmos ao século XXI e, olharmos retrospectivamente a história da humanidade – principalmente a partir da denominada era da modernidade –, concluiremos que houve grandes avanços sob os mais diversos aspectos no processo que culminou com a decantada civilização moderna.

240 Essa constatação é inegável, principalmente quando verificamos a consolidação de valores histórico-culturais-morais sedimentados e/ou assimilados como parte constituinte e inalienável dos direitos humanos das sociedades contemporâneas.

241 Conforme a Declaração dos Direitos Universais do Homem, em seu Artigo11: “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

242 Se, por um lado, esses valores são inquestionáveis sob o ponto de vista ético/moral, nem sempre podemos afirmar que o mesmo ocorra concretamente nas relações sociais. Se hoje, por exemplo, tornou-se inviável a possibilidade de científica

e/ou filosoficamente tentar se justificar a supremacia de uma raça e/ou tentar subjugar qualquer grupo/povo por causa de sua ascendência, etnia, cultura, religião, pigmentação da pele etc., não se pode afirmar que várias formas de discriminação não ocorram de forma velada. Muito pelo contrário, principalmente na sociedade brasileira, onde o “mito da democracia racial” contribui enormemente para que tal situação ocorra cotidianamente, torna o combate ao racismo e à discriminação racial extremamente complexo.

243 Se não bastasse a incomensurável e histórica dívida da sociedade brasileira para com a população negra – que teve seus ascendentes arrancados da África e escravizados no Brasil e que após a Abolição foram relegados à própria sorte –, foi também subtraído dos escravos alforriados e seus descendentes o direito à história. A história oficial escrita pela elite dominante não reconhece e não registra a monumental contribuição da população negra na edificação da sociedade brasileira.

244 Portanto, entre outras questões, é necessário e urgente que se reescreva a história da sociedade brasileira e se corrija essa enorme distorção para resgatar e preservar a identidade e a autoestima da população negra.

245 Esse quadro acima descrito explica em grande parte a dura realidade que a população negra enfrenta desde então. Ou seja, temos na herança escravagista o fator preponderante que exclui e dificulta enormemente o acesso a direitos sociais elementares e à igualdade de oportunidades, levando portanto a população negra a conviver constantemente com a violência policial, o desemprego, a desigualdade salarial, menor representação política, estigmatização das religiões de matriz africana etc.

246 Conforme afirmava o grande ativista antirracista sul-africano Steve Biko, “a arma mais poderosa na mão do opressor é a mente do oprimido”.

247 Portanto, a luta intransigente contra qualquer tipo de racismo e discriminação tem de ganhar os corações e as mentes de todo ser humano, de todo militante que se indigna contra qualquer forma de injustiça e opressão e que luta pela construção de uma sociedade realmente humana, onde os direitos não sejam apenas referências abstratas e jurídicas e sim uma realidade de fato.

248 Ciente de que esse é um combate necessário, a CNM/CUT aprovou, em seu último Congresso, a criação da Secretária de Igualdade Racial, com o intuito de contribuir, juntamente com a nossa Central, na luta contra toda e qualquer forma de racismo e discriminação e somar forças junto às demais organizações que buscam o mesmo objetivo.

249 Sabemos que é uma luta árdua e com grandes dificuldades, mas estamos cientes também que “a única luta que se perde é a luta que se abandona”. Temos o legado de grandes referenciais de luta dessa grande causa. Entre outros, mais que o exemplo, vale a “lição” do grande líder de Palmares. Valeu Zumbi!

### ***Eixo 3 - Organização Sindical***

*“O 11º CONCUR reafirma que a estratégia sindical da CUT continuará a ser lastreada pelos princípios que nos forjaram: a liberdade e autonomia sindical buscando elevar a consciência da classe trabalhadora e ampliar a capacidade de luta da sociedade organizada. E é preciso que nós, trabalhadoras e trabalhadores, avancemos na construção de estratégias que caminhem na perspectiva da sociedade socialista que almejamos”.*

(Caderno de Resoluções do 11º CONCUR)

250 Em 2013, comemoramos os 30 anos de fundação da Central Única dos Trabalhadores. A organização sindical cutista é orientada pelos princípios fundamentais de liberdade e autonomia sindical, visando à democratização das relações de trabalho para garantir e ampliar direitos.

251 E é a partir desses princípios que a CNM/CUT, através do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT), de um lado, e a Organização no Local de Trabalho (OLT), do outro, caminha na busca de uma sociedade mais igualitária.

252 No Brasil, as diferenças regionais não se limitam às “boas” diferenças de culturas, ritmos, sotaques e modos de vida. As diferenças econômicas regionais são

perversas para os/as trabalhadores/as, pois imprime padrões de vida, de salário, de condições de trabalho desiguais nas diversas regiões.

253 Visando a negociação permanente, a Confederação entende que a Organização no Local de Trabalho (OLT) é parte fundamental, já que é no chão de fábrica onde a luta de classes se explicita e se realiza. A CIPA é uma potencial ferramenta de luta dos trabalhadores, assim como as Comissões de Fábrica, os Comitês Sindicais de Empresa (CSE) e o Sistema Único de Representação (SUR), todo ele conquista da ação sindical. Eles são também instrumentos importantes para organizar as lutas e melhorar o processo de negociação, além de garantir a efetividade dos acordos firmados, defendendo os interesses imediatos dos/as trabalhadores/as.

254 Outra ferramenta importante para a organização da classe trabalhadora são as Redes Sindicais de trabalhadores/as em empresas multinacionais, uma resposta à globalização do capital. Apesar de terem os mesmos padrões, os/as trabalhadores/as estão em plantas diferentes e em lugares muito diversos. E essas diferenças não são apenas no que tange a legislação sindical e trabalhista, mas também em relação à cultura do povo e do país – elementos muito usados para o planejamento da gestão empresarial.

255 A organização setorial da Confederação vem sendo fortalecida, especialmente pela atuação dos/as metalúrgicos/as no interior do Plano Brasil Maior, a política industrial do governo federal.

256 A organização sindical é um fim a ser atingido e um meio a ser utilizado. Para tanto, resta-nos articular de maneira bem mais eficaz a transversalidade de várias outras áreas de atuação da CNM/CUT – gênero, juventude, igualdade racial e pessoas com deficiência –, de maneira que só estaremos completos em nossa política de organização nacional quando todas as diferenças estiverem fortemente contempladas nos interesses e objetivos da organização dos metalúrgicos da CUT.

#### • ***Organização no Local de Trabalho – OLT***

*(A democracia onde ela ainda não chegou)*

257 A Constituição Federal brasileira reconhece a relação entre empregador e empregado como uma relação desigual. Ao empregador, cabe o direito de mando, o Poder Diretivo, e também o Poder de Fiscalização e o Poder Disciplinar. O poder de

direção de um empregador, portanto, se trata de um atributo jurídico que tem como pressuposto a subordinação, também jurídica, dos/as seus/suas empregados/as.

258 Estabelecem-se aí obrigações entre as partes, decorrentes da contratação do trabalho. Os limites dessa relação são dados pelas leis gerais da sociedade, especialmente pelas normas constitucionais garantidoras dos Direitos Fundamentais e dos Princípios do Direito do Trabalho, dentre eles o princípio da irrenunciabilidade dos direitos.

259 O Poder Diretivo é que tem de se adequar aos direitos fundamentais do cidadão onde quer que ele se encontre. No local de trabalho, entretanto, ainda hoje a realidade é a de uma gestão por parte do empregador, ou de seus representantes, calibrada no desrespeito aos direitos fundamentais dos/as cidadãos/ãs trabalhadores/as. Organizar trabalhadores/as a partir do seu local de trabalho é uma meta a ser perseguida pela classe trabalhadora. É de vital importância os/as trabalhadores/as poderem exercer seus direitos fundamentais de cidadão/ã durante o período de sua vida laboral.

260 A OLT é a base sobre a qual a democratização das relações de trabalho concretiza-se e torna-se palpável aos/as trabalhadores/as. Estar organizado/a nos locais de trabalho significa levar a democracia para dentro das fábricas. A OLT torna-se um mecanismo de negociação permanente, acompanhando a aplicação dos acordos firmados e colocando-se como anteparo ao autoritarismo das chefias e na defesa dos direitos fundamentais do/a cidadão/ã no local de seu trabalho.

261 Na mediação dos conflitos, a OLT estabelece a ação sindical na origem do problema, estabelecendo o debate e propondo soluções que beneficiem os/as trabalhadores/as, contrapondo a ação da chefia e instalando um fórum adequado de participação dos/as trabalhadores/as nos encaminhamentos e soluções de seus problemas dentro da fábrica.

262 Ao longo dos anos, os/as metalúrgicos/as protagonizaram diversas experiências de OLT, desde as CIPAs combativas, passando pelas Comissões de Fábrica, o Sistema Único de Representação (SUR) que unifica CIPA e Comissão de Fábrica e, ultimamente, os Comitês Sindicais de Empresa (CSE).

• ***CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes***

263 Para fortalecer nosso projeto de disputa de hegemonia e organização sindical, é preciso cada vez mais – e de forma mais qualificada – o sindicalismo cutista estar arraigado em nossas bases de representação. Cada sindicato metalúrgico precisa avançar na organização e na mobilização dos/as trabalhadores/as para a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

264 Para tanto, torna-se cada vez mais necessária a ampliação da nossa ação sindical no interior das fábricas e organizar os/as trabalhadores/as a partir de seu local de trabalho, a partir de suas realidades e expectativas, mostrando a importância do sindicato e da organização.

265 As CIPAs são um espaço importante a ser ocupado para a defesa dos interesses dos/as trabalhadores/as a partir do local de trabalho. Com legislação própria, ainda que limitada, oferece aos/às militantes sindicais a oportunidade de uma atuação legalizada. Entretanto, esse espaço ainda é pouco utilizado pelos/as trabalhadores/as sob a ótica da disputa de classe. Eleições fraudulentas, dirigidas, compra de votos formam um leque de situações que deslegitimam o processo de escolha de representantes dos/as trabalhadores/as e de sua atuação, deformando a própria imagem da CIPA como mais um organismo de fiscalização a serviço da empresa e não a serviço dos/as trabalhadores/as.

266 Os sindicalismo cutista enxerga a utilização desse espaço legal como um embrião de Organização no Local de Trabalho e passo importante para a criação das Comissões de Saúde constituídas pelos/as trabalhadores/as e a serviço de sua luta por melhores condições de trabalho.

267 Portanto, é papel dos sindicatos, das federações e da própria CNM/CUT investirem na formação dos/as trabalhadores/as que identifiquem-se com nossa concepção sindical, apoiando e procurando eleger para as CIPAs companheiros/as comprometidos/as com um sindicalismo de massas, de lutas, democrático, classista e pela base.

• ***A ação sindical em rede e os Comitês Sindicais em Empresas Multinacionais***

268 A construção de redes sindicais em empresas multinacionais teve origem na década de 1990, impulsionada por algumas Federações Internacionais de Sindicatos, como FITIM e ICEM, inicialmente como forma de ampliar a solidariedade a um determinado sindicato que se apresentava em dificuldade. O intuito era promover apoio mútuo para reagir às movimentações das grandes empresas, que já naquela época iniciavam os processos de fusão e aquisição, responsáveis por muitas demissões e mudanças estruturais na organização do trabalho.

269 A organização da ação sindical em rede visa promover o intercâmbio de informações entre os/as trabalhadores/as, atividades coordenadas de formação e ações concretas de solidariedade.

270 A IndustriAll Global Union, nova federação internacional criada em 2012, a partir da fusão da FITIM (Federação Mundial dos Trabalhadores Metalúrgicos), ICEM (Federação Internacional dos Trabalhadores Químicos) e FITVVC (Federação Internacional dos Trabalhadores do Vestuário), aprovou em seu Congresso de fundação uma recomendação ao Conselho Executivo da entidade, reafirmando a importância da organização de redes como política própria:

*“As Redes Sindicais são fundamentais para construir um verdadeiro poder sindical e potencializar a solidariedade mundial. O Congresso recomenda ao Comitê Executivo que proporcione o apoio e os recursos necessários para a consecução da estratégia das redes das empresas multinacionais do IndustriALL, destinada a fomentar o intercâmbio de informação, as ações conjuntas, as plataformas comuns, a sindicalização das plantas sem presença sindical, a coordenação da negociação coletiva nacional e a mobilização, em casos de violação dos direitos dos trabalhadores pelas empresas multinacionais e pelos seus fornecedores, com inclusão das campanhas”.*

271 A Central Única dos Trabalhadores também ratificou seu compromisso com a organização das redes sindicais em seu último Congresso, realizado em 2012:

*“Potencializar o trabalho de nossas Confederações com suas Federações Internacionais de Ramo (FSIs) é parte integrante de nossa estratégia em busca de freios aos ataques por retirada de direitos e conquistas e avançar na organização e melhorias de condições de trabalho e salário. Nossa ação sindical frente às multinacionais continuará sendo a de exigir a aplicação dos direitos fundamentais estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, princípios do Global Compact das Nações Unidas, nas Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e na Declaração sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social e nos demais convênios da OIT, em especial o núcleo de direitos que compõe a Declaração dos Direitos Fundamentais do Trabalho. Estes instrumentos internacionais são importantes para promover Trabalho Decente e enfrentar as fusões e as reestruturações produtivas oriundas do selvagem processo de concentração e centralização do capital. Estas devem atuar em conjunto com as FSIs para negociar e monitorar os Acordos Marco Globais (AMGs).”*

272 Nesse sentido, a CUT vem desenvolvendo o Projeto de Promoção de Direitos Trabalhistas na América Latina, fruto da cooperação internacional com a DGB-Bildungswerk, do qual participamos ativamente. Trata-se de um projeto ousado pelo qual durante três anos, trabalhadores/as de 11 empresas multinacionais de capital alemão ou brasileiro, nos ramos químico e metalúrgico, recebem formação especializada sobre o sindicalismo brasileiro e internacional, ações de solidariedade e normas da OIT. Estes/as trabalhadores/as são apoiados incondicionalmente na construção de redes, tendo como meta atingir um patamar de diálogo social efetivo com as empresas ao fim do projeto.

273 A CNM/CUT vem participando das atividades da Central e hoje o trabalho das redes e comitês sindicais é espelho para entidades sindicais no mundo todo. Estamos sendo precursores em métodos e estratégias de trabalho que, para além da criação das redes, vem ajudando no enfrentamento das limitações impostas pela estrutura sindical legal, para o fortalecimento e consolidação das OLT, e ainda para a articulação da classe trabalhadora em âmbito internacional.

274 A organização dos setores do ramo metalúrgico – siderúrgico, automotivo e autopeças, eletroeletrônicos, aeroespacial e naval – se mostrou, neste último período, de

importância fundamental para subsidiar a participação dos/as dirigentes da Confederação nos debates no interior no Plano Brasil Maior (PBM), nova política industrial do Governo Federal. Nesse fórum, a CNM/CUT vem atuando propositivamente, defendendo os interesses da classe trabalhadora, para que possamos garantir equiparação das condições de trabalho e OLT.

275 A organização setorial dialoga com a organização em redes sindicais, uma vez que subsidiam os debates por empresa, à luz das conjunturas de cada segmento, além de apontar o caminho para redes setoriais, que abarquem toda a cadeia produtiva, estas ainda um desafio para nós, trabalhadores e trabalhadoras.

276 A experiência vem nos mostrando que podemos nos articular globalmente, continentalmente, nacionalmente, mas o trabalho só terá os resultados esperados se tiver forte organização na base e sensibilização dos sindicatos para esta forma de organização.

277 A formação, portanto, tem papel fundamental para que possamos construir estratégias de atuação comuns para as redes e que estas dialoguem diretamente com os objetivos estratégicos da Confederação.

278 A negociação permanente é instrumento positivo tanto para os/as trabalhadores/as como para os patrões. Através das CIPAS, Comissões de Fábrica, Comitês Sindicais de Empresa ou Sistema Único de Representação, é possível gerir, de forma conjunta, aspectos centrais das condições de trabalho e da organização da produção.

279 Em escala global, as entidades que representam os/as trabalhadores/as estão construindo acordos com as direções das empresas, no que tange as condições de trabalho. São determinações que todas as plantas, independente de onde estejam, devem seguir e que podem se estender para toda a cadeia produtiva. Estes são os chamados Acordos Marco Internacionais (AMI).

280 Muito embora existam variações nos conteúdos dos acordos, todos eles são baseados nas normas fundamentais do trabalho da OIT e procuram garantir salários decentes, com condições de trabalho que prezem pela saúde e segurança dos/as trabalhadores/as e pela preservação do meio ambiente.

281 Os AMI's são firmados internacionalmente, mas sua efetivação se dá localmente. Assim como muitas leis, esses acordos podem acabar sendo só um papel assinado. Depende de nós, fazer com que, solidaria e efetivamente, os acordos globais sejam implementados, com efetiva organização em cada local de trabalho, e às redes sindicais que diminuam as distâncias entre os trabalhadores.

## Siglário

ABIMAQ – Associação Brasileira de Fabricantes de Máquinas

AFL-CIO – American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization

AMI – Acordo Marco Internacional

ANS – Agencia Nacional de Saúde

BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAW – Canadian Auto Workers Union

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CSE – Comitê Sindical de Empresa

CNM/CUT – Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores

CNQ – Confederação Nacional dos Químicos

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CMT - Confederação Mundial do Trabalho

CSI – Central Sindical Internacional

CSA – Central Sindical das Américas

CC.OO – Comisiones Obreras

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FEM – Federação dos Sindicatos Metalúrgicos

FETRAMICOL - Federación de Trabajadores de las Industrias Metalúrgicas, Eléctricas y Mecánicas de Colombia

FITIM – Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica

DGB - DEUTSCHER GEWERKSCHAFTSBUND (Central Sindical Alemã)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEM – Federação Internacional dos Químicos, Energia e Sindicatos Geral dos Trabalhadores

IG METAL - Industriegewerkschaft Metall (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica da Alemanha)

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NR – Norma Reguladora

NR/NS – não respondeu ou não sabe

OLT – Organização do Local de Trabalho

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PRO-JOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RAIS – Registro Anual de Informações Sociais

SJF – Social Justice Found

STI Metal – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica

SUR – Sistema Único de Representação

TVT – TV dos Trabalhadores

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

USW – United Steelworks

# Expediente

## • Comissão Organizadora da Plenária Estatutária 2013 da CNM/CUT

João Cayres – secretário geral (Coodenação), Marli Melo do Nascimento – secretária da Mulher, Edson Carlos Rocha da Silva – secretário de Administração e Finanças, Ubirajara Alves de Freitas – secretário de Organização, Loricardo de Oliveira – secretário de Políticas Sindicais, Marcos Paulo Medeiros (FEM NE), José Wagner Morais de Oliveira (FEM MG), Jairo Carneiro (FEM RS) e Valmir Marques da Silva (FEM SP).

## • Elaboração

Equipe de Assessoria da CNMCUT e Subseção do DIEESE da CNM/CUT

## • Expediente CNM/CUT

### *Secretaria*

Eva Gomes de Sousa e Marcelle Candil

### *Setor Administrativo Financeiro*

Bruno José de Oliveira  
Celso Batista Nunes  
Lindomar de Souza Araújo  
Marcello Leal Braga Godoy  
Coordenação: Vera Izuno

### *Assessoria*

Flávia Nozue  
Mauro Gaioto  
Renata Gnoli Paneque  
Valter Bittencourt  
Coordenação: Maria de Lourdes Tieme Ide

### *Assessoria da Presidência*

Fernando da Silva Cardoso

### *Assessoria de Imprensa*

Solange Espírito Santo e Yolanda Moretto (estagiária)

### *Subseção DIEESE*

André Cardoso e Rafael Serrao

### *Apoio*

Alessandra Alves Ferreira da Silva  
José Arnaldo Vieira  
Wellington da Silva Coimbra

### *Contato*

**Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT**  
Av. Antártico, 480 – Jardim do Mar – CEP 09726-150 – São Bernardo do Campo, SP  
Tel: 55 11 4122-7700. Site: [www.cnmcut.org.br](http://www.cnmcut.org.br)

**Direção Executiva**  
**Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT**  
*Gestão 2011-2014*

- **Presidente:** Paulo Aparecido Silva Cayres (STIM ABC-SP)
- **1ª Vice-Presidente:** Rosilene Matos da Silva (STIM Manaus-AM)
- **2º Vice-Presidente:** Fábio Dias de Souza (STIM Feira de Santana-BA)
- **Secretaria Geral e Relações Internacionais:** João Vicente Silva Cayres (STIM ABC-SP)
- **Secretaria de Administração e Finanças:** Edson Carlos Rocha da Silva (STIM Niterói-RJ)
- **Secretaria da Mulher:** Marli Melo do Nascimento (STIM Campina Grande-PB)
- **Secretaria de Formação:** Michele Ida Ciciliato (STIM Taubaté-SP)
- **Secretaria de Políticas Sociais:** Flávio José Fontana de Souza (STIM Canoas-RS)
- **Secretaria de Organização:** Ubirajara Alves de Freitas (STIM BH/Contagem-MG)
- **Secretaria de Política Sindical:** Loricardo de Oliveira (STIM São Leopoldo-RS)
- **Secretaria de Saúde, Seg. Trab. e Meio Ambiente:** Geordeci Menezes de Souza (STIM Natal-RN)
- **Secretaria de Juventude:** Leandro Candido Soares (STIM Sorocaba-SP)
- **Secretaria da Igualdade Racial:** Christiane Aparecida dos Santos (STIM Pouso Alegre-MG)
- **Diretor Executivo:** Kleber Wiliam de Souza (STIM Timóteo-MG)
- **Diretor Executivo:** Valter Sanches (STIM ABC-SP)
- **Diretor:** Paulo Dutra Gomes (STIM Taubaté-SP)
- **Diretor:** Vilmar Sizino Garcia (STIM Jaraguá do Sul-SC)
- **Diretor:** Francisco Wil Pereira (STIM Fortaleza-CE)
- **Diretor:** Lírio Segalla Martins Rosa (STIM Porto Alegre-RS)
- **Diretora:** Cátia Maria Braga Cheve (STIM Manaus-AM)
- **Diretor:** Roberto Pereira de Souza (STIM Espírito Santo)
- **Diretor:** Genivaldo Marcos Ferreira (STIM Joinville-SC)
- **Diretor:** Pedro Cícero Cassiano da Silva (STIM Toledo-PR)
- **Diretor:** José da Silva Cavalcanti (STIM Pernambuco)
- **Diretor:** Henrique Almeida Ribeiro (STIM Juiz de Fora-MG)
- **Diretor:** Benedito Sérgio Irineu (STIM Pindamonhangaba-SP)
- **Diretor:** Ervano da Silva Melo (STIM Manaus-AM)
- **Diretor:** Mário Pantoja (STIM Manaus-AM)
- **Diretora:** Shirley Aparecida Cruz (STIM São Leopoldo-RS)
- **Diretor:** Adilson Faustino (STIM Sorocaba-SP)
- **Diretor:** Mauro Soares (STIM ABC-SP)
- **Diretor:** José Quirino dos Santos (STIM João Monlevade-MG)
- **Diretora:** Maria Ferreira Lopes (STIM BH/Contagem-MG)
- **Diretor:** Mauri Antônio Schorn (STIM Sapuranga-RS)
- **Diretora:** Cícera Michele Silva Marques (STIM ABC-SP)
- **Conselho Fiscal:** Dorival Jesus do Nascimento Junior (STIM Itu-SP)
- **Conselho Fiscal:** Antônio Marcos Martins (STIM Timóteo-MG)
- **Conselho Fiscal:** José de Oliveira Mascarenhas (STIM Niterói-RJ)
- **1ª Suplente Conselho Fiscal:** Manuela Cristina de Alencar Silva (STIM Natal-RN)
- **2º Suplente Conselho Fiscal:** Valdeci Henrique da Silva (STIM Sorocaba-SP)
- **3ª Suplente Conselho Fiscal:** Angela Batistello (STIM Canoas-RS)